

DANIELY MARTINS DOS SANTOS

*Matrícula: 11421ECO043*

*DESEMPENHO ECONÔMICO-PRODUTIVO DE CATALÃO (GO)*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2019

DANIELY MARTINS DOS SANTOS

*Matrícula: 11421ECO043*

*DESEMPENHO ECONÔMICO-PRODUTIVO DE CATALÃO (GO)*

Trabalho apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Mestre Vitorino Alves da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DANIELY MARTINS DOS SANTOS

*Matricula: 11421ECO043*

*DESEMPENHO ECONÔMICO-PRODUTIVO DE CATALÃO (GO)*

Trabalho apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia (MG), 13 de fevereiro de 2019.

---

**Professor Mestre Vitorino Alves da Silva**  
Orientador

---

**Professor Doutor Humberto Eduardo de Paula Martins**  
Membro da Banca

---

**Professor Doutor Eduardo Nunes Guimarães**  
Membro da Banca

*Dedico este trabalho aos meus pais, Edson e Nivia,  
minha fonte de inspiração, apoio, compreensão,  
confiança e amor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU) e todo seu corpo de profissionais, que, dos técnicos administrativos ao corpo docente, mesmo com todas as limitantes estruturais, oferece a nós, alunos, um ensino de qualidade.

Ao meu orientador, Professor Vitorino, por todo o apoio, orientação e ensinamentos ao longo do período de confecção deste trabalho, os quais possibilitaram que os resultados pretendidos fossem alcançados da melhor forma possível.

Aos meus amigos de longa data, em especial à Lorena Silveira, Thais Bittar e Taline Oliveira, e aqueles que fiz no meio acadêmico, especialmente à Marianna Cristhe, João Paulo Machado e Matheus Moura, os quais se demonstraram fiéis escudeiros, dando sempre o apoio necessário em todos os momentos de dificuldade.

Em especial, agradeço a minha família, pelo apoio, amor e paciência. Por todas as vezes que me inspiraram e me encorajaram a seguir em frente. De maneira mais singular, meus pais, Edson e Nivia, minha madrinha, Nilza Aparecida, meu afilhado, José Antônio, meus irmãos, Diodi e Gabrielly, meus avôs maternos, Enizio e Elieth, e avó paterna, Delfoncina.

Por fim, agradeço a Deus e a todos que de maneira direta ou indireta contribuíram com minha formação e estiveram do meu lado na jornada da graduação.

*“Feminist: the person who believes in the social,  
political, and economic equality of the sexes”*  
(Chimamanda Ngozi)

## RESUMO

Localizado em posição estratégica, o município de Catalão (GO) chama atenção pelo recente *boom* desenvolvimentista que alcançou pós anos 2000, sendo muitas vezes até considerado como Polo de crescimento econômico de Goiás, como indica Romanatto et al (2011). Possuindo também solos férteis e ricos em minerais raros (como o nióbio), entre suas principais atividades estão as agropecuária, extrativa-mineral e de adubagem, além de sua notável atuação no setor automobilístico nacional. No entanto, chama-se atenção para o fato de que o município, assim como o estado de Goiás, insere-se na dinâmica econômica nacional de maneira subordinada aos estados mais desenvolvidos – sobretudo à Minas Gerais e São Paulo. Com este trabalho, portanto, visa-se analisar o processo histórico de desenvolvimento do estado goiano e em quais condições Catalão é encaixado nele, partindo também para a análise de indicadores de desenvolvimento econômico quantificando-o, delimitando suas áreas de influência e os limites derivados da histórica subordinação imposta ao município, traçando ainda um paralelo com os efeitos de aglomeração e desaglomeração inerentes de Uberlândia (MG).

**Palavras chave:** Catalão; Indústria Motriz, Triângulo Mineiro, Desenvolvimento regional goiano; *Perroux*, Polo de crescimento, Índice de terceirização; Quociente locacional.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	9
LISTA DE GRÁFICOS .....	10
LISTA DE TABELAS .....	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	14
INTRODUÇÃO .....	16
1.    DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO .....	20
1.1.    OS POLOS DE CRESCIMENTO, FRANÇOIS PERROUX.....	21
1.1.1.    INDÚSTRIA MOTRIZ.....	22
1.1.2.    COMPLEXO DE INDÚSTRIAS E CRESCIMENTO.....	24
2.    O PROCESSO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO GOIANO .....	25
3.    DINÂMICA SOCIO-ECONÔMICA DE CATALÃO (GO).....	31
3.1.    INDICADORES ECONÔMICOS .....	32
3.1.1.    PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR AGREGADO .....	33
3.1.2.    INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	42
3.1.3.    ÍNDICE DE TERCEIRIZAÇÃO.....	47
3.2.    MERCADO DE TRABALHO .....	49
3.2.1.    QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO.....	65
3.3.    DEMOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO URBANO.....	68
3.4.    FROTA AUTOMOBILÍSTICA.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	81
REFERÊNCIAS .....	83

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Fórmula para Cálculo do Índice de Terceirização.....	48
<b>Figura 2</b> – Fórmula e indicadores utilizados no cálculo do Quociente Locacional.....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução do PIB (em bilhões de reais), a preços correntes e constantes de 2015, em Catalão (GO), de 2002 à 2015. ....	35
<b>Gráfico 2</b> - Evolução dos VABs do Brasil (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	37
<b>Gráfico 3</b> - Evolução dos VABs do Aglomerado de Brasília (DF) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	38
<b>Gráfico 4</b> - Evolução dos VABs do Aglomerado de Goiânia (GO) (em bilhões de reais) a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	38
<b>Gráfico 5</b> – Evolução dos VABs de Uberlândia (MG) (em bilhões de reais) a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	39
<b>Gráfico 6</b> – Evolução dos VABs do Aglomerado de Anápolis (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	40
<b>Gráfico 7</b> – Evolução dos VABs do Aglomerado de Rio Verde (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	40
<b>Gráfico 8</b> – Evolução dos VABs do Aglomerado de Itumbiara (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	41
<b>Gráfico 9</b> – Evolução dos VABs do Aglomerado de Catalão (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 20002, 2005, 2010 e 2015.....	42
<b>Gráfico 10</b> – Evolução dos indicadores financeiros de Brasília (DF), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017. ....	43
<b>Gráfico 11</b> – Evolução dos indicadores financeiros da cidade de Goiânia (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017. ....	44
<b>Gráfico 12</b> – Evolução dos indicadores financeiros de Uberlândia (MG), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.....	44
<b>Gráfico 13</b> – Evolução dos indicadores financeiros de Anápolis (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017. ....	45
<b>Gráfico 14</b> – Evolução dos indicadores financeiros da cidade de Rio Verde (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017. ....	45

<b>Gráfico 15</b> – Evolução dos indicadores financeiros de Itumbiara (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017. ....	46
<b>Gráfico 16</b> – Evolução dos indicadores financeiros de Catalão (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017. ....	46
<b>Gráfico 17</b> – Cinco principais setores empregadores no Brasil, no ano de 2015. ....	50
<b>Gráfico 18</b> – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	51
<b>Gráfico 19</b> – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Brasília, no ano de 2015. ....	52
<b>Gráfico 20</b> – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Brasília para a capital federal, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	53
<b>Gráfico 21</b> – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Goiânia, no ano de 2015. ....	54
<b>Gráfico 22</b> – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Goiânia para a capital estadual, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	55
<b>Gráfico 23</b> – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Uberlândia, no ano de 2015. ....	56
<b>Gráfico 24</b> – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Uberlândia, para o aglomerado e Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	57
<b>Gráfico 25</b> – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Anápolis, no ano de 2015. ....	58
<b>Gráfico 26</b> – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Anápolis, para o aglomerado e Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	59
<b>Gráfico 27</b> – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Rio Verde, no ano de 2015. ....	60
<b>Gráfico 28</b> - Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Rio Verde, para o aglomerado e Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	61

<b>Gráfico 29</b> – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Itumbiara, no ano de 2015.....	62
<b>Gráfico 30</b> – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Itumbiara para o município, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.....	63
<b>Gráfico 31</b> – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Catalão, no ano de 2015.....	63
<b>Gráfico 32</b> – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Catalão para o município, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.....	64
<b>Gráfico 33</b> – Número de automóveis (em mil unidades), para os municípios de grande porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.....	77
<b>Gráfico 34</b> – Evolução do número de motocicletas (em mil unidades), para os municípios de grande porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017. ....	78
<b>Gráfico 35</b> – Evolução do número de automóveis para os municípios (em mil unidades), de pequeno porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.....	79
<b>Gráfico 36</b> – Evolução do número de motocicletas (em mil unidades), para os municípios de pequeno porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.....	79

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Evolução do PIB (em bilhões de reais), a preços correntes, para o Brasil, aglomerados e cidades que os compõe, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.....	34
<b>Tabela 2</b> - Participação do PIB dos municípios escolhidos no PIB Nacional (%), para os anos selecionados.....	36
<b>Tabela 3</b> – Evolução do Índice de terceirização (It), para as cidades selecionadas, nos anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	48
<b>Tabela 4</b> – Evolução do Quociente Locacional industrial para as cidades selecionadas, usando como referência o Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.....	67
<b>Tabela 5</b> – Evolução do Quociente Locacional industrial para as cidades selecionadas, usando como referência o somatório das sete cidades selecionadas, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. ....	68
<b>Tabela 6</b> – População Total Residente no país e nos municípios e agregados selecionados - 1970 e 2010. ....	69
<b>Tabela 7</b> – População urbana no total: no país, nos municípios e aglomerados selecionados - 1970 a 2010 (em %). ....	71
<b>Tabela 8</b> – População com faixa etária de 14 à 65 anos: no país, nos municípios e aglomerados selecionados - 1970 a 2010 (em %). ....	73
<b>Tabela 9</b> – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População Total Residente no país e nos municípios e aglomerados selecionados - 1970 a 2010.....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AGF** – Aquisições do Governo Federal

**CODEGO** – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás

**DAIA** – Distrito Agroindustrial de Anápolis

**DENATRAN** – Departamento Nacional de Trânsito

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FCA** – Ferrovia Centro-Atlântica

**Geoeconômica** – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IPCA** – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

**It** – Índice de Terceirização

**MTE** – Ministério de Trabalho e Emprego

**PEA** – População Economicamente Ativa

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIC** – Programas Integrados de Colonização

**Poloamazônia** – Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia

**Polocentro** – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

**Polonoroeste** – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

**Proálcool** – Programa Nacional do Alcool

**Prodecet** – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

**Prodegran** – Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados

**Prodepan** – Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

**PROFIR** – Programa de Financiamento de equipamentos de Irrigação

**Proterra** – Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial

**QL** – Quociente Locacional

**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais

**SIDRA** – Sistema IBGE de Recuperação Automática

**SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**SUDECO** – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

**SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**TC** – Taxa média geométrica de crescimento anual da população

**VAB** – Valor Agregado Bruto

## INTRODUÇÃO

Assim como salienta Andrade (1970), a economia brasileira organizou-se, desde seus primórdios, como fornecedora de matérias-primas e alimentos para a metrópole europeia, formando o que o autor chama de “economia dominada”, sustentando sua dinâmica por ciclos dependentes do mercado externo. Esses ciclos, por sua vez, foram responsáveis pela origem dos polos de crescimento econômico brasileiros.<sup>1</sup>

Para entender onde pretende-se chegar com este trabalho é necessário, *ex-ante*, realizar uma pincelada nesses ciclos e nos polos que eles fizeram emergir. Com base em Andrade (1970), tem-se que o Polo da cana-de-açúcar é o principiante no país, favorecido pela expansão de consumo no mercado europeu, pelo clima e solo favoráveis (principalmente em Pernambuco) e pelos incentivos governamentais, assim se iniciou a polarização brasileira, sobretudo nas regiões da Bahia e de Pernambuco.

De duração menos extensa que o anterior, o ciclo do ouro foi responsável pelo princípio do desenvolvimento na região do Rio de Janeiro – dada a necessidade de um porto para escoamento desse produto para o mercado externo, enxergou-se no Porto do Rio de Janeiro essa oportunidade, onde, mais tarde, passou a abrigar também a capital do país, naquela época Colônia de Portugal, consolidando-se como sede das decisões em 1808. (Andrade, 1970).

Com o declínio das atividades açucareiras e auríferas, ao final do século XVIII desenvolveu-se, nas regiões de São Luís e Belém, a atividade algodoeira. Aproveitando da Guerra de Independência das Colônias Inglesas para adentrar ao mercado europeu. Entretanto, com o esgotamento dos solos maranhenses e com o declínio no consumo da Europa, não houve expressivo derramamento polarizador para outras regiões. (Andrade, 1970).

No início do século XIX ocorre a ascensão da região Sudeste, marcada pelo desenvolvimento da atividade cafeeira – que passa a ser destinada ao mercado externo – dando a ela condições de polarizar todo o território nacional. Como observa Cano (1985), é através do investimento do capital cafeeiro excedente, que São Paulo emerge como Polo Industrial. Paralelamente ao ciclo do café, acontecia o ciclo da borracha, que aproveitou da

---

<sup>1</sup> Segundo Andrade, de todos os ciclos que a economia brasileira atravessou, o único incapaz de dar origem a um Polo fora o ciclo do ouro, em consequência de sua curta duração e de seu caráter predatório.

janela no aquecimento da demanda internacional, sendo importante para a formação dos centros urbanos de Manaus e Belém – mesmo que sua duração fora bem inexpressiva (inferior a 50 anos). (Andrade, 1970).

Com desenvolvimento desigual e concentrado na região Sudeste, o Brasil possui como característica marcante a disparidade inter-regional, a qual, em determinados períodos de nossa história, políticas públicas tentaram amenizar. Entre as décadas de 1950 a 1960, nota-se o aumento da participação estatal no aparato econômico. O governo brasileiro empenha-se em planos com o objetivo de crescimento econômico regional, ficando conhecido como ‘desenvolvimento para dentro’, utilizando de instrumentos internos como forma de estimular e dinamizar a economia nacional. (Santos; Filho, 2015).

Órgãos específicos para cada região foram criados, sendo eles os responsáveis por estudar e desenvolver políticas que fossem capazes de promover o crescimento econômico e a diminuir os atrasos dessas com o restante do país. No Nordeste tinha-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, na Amazônia, tinha-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), no Centro-Oeste. (Santos; Filho, 2015).

Entretanto, entre 1980 e 2000 observa-se um *gap* de duas décadas, quando problemas de curto prazo assolaram o país. Os *policy makers* deixam de lado o debate acerca de políticas desenvolvimentistas para dar atenção à questão inflacionária e de dívida externa. Apenas pós o Plano Real, que se volta a pensar na dinâmica, principalmente pós 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. (Santos; Filho, 2015).

Marginalizado no início do desenvolvimento socioeconômico e consolidação dos grandes Polos de influência nacional e internacional, de desenvolvimento tardio e subordinado às “potencias” – São Paulo e Minas Gerais – ao longo das últimas décadas, o estado de Goiás vêm ganhando destaque no cenário econômico nacional, resultante de várias políticas de desenvolvimento regional e, também, do processo de mudança da capital do estado, como demonstram IPEA et al (2002) e Romanatto et al (2011).

Através de um estudo que visava identificar os Polos econômicos consolidados e em potencial no estado de Goiás, por meio de diferentes metodologias, Romanatto et al (2011), constatou que, independentemente do método utilizado, quatro municípios se destacavam – os

quais possuíam também grande força de influência em sua área geográfica. São eles: Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Catalão.

Localizado em logística estratégica – faz divisa com o estado de Minas Gerais, além de estar situado à 248km de Goiânia, 305km de Brasília, 657km de São Paulo e 1.069km do Rio de Janeiro, e integrado também com a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que leva cargas tanto para o Porto de Santos quanto de Tubarão, em Vitória (ES) – o município de Catalão, mesmo detendo considerável força dentro do estado, possui como limitante ao seu desenvolvimento a incapacidade de retenção da renda gerada em seu território – boa parte dessa escoar-se para o município de Uberlândia (MG). (Romanatto *et al*, 2011).

Por meio de análise histórica do processo de desenvolvimento do centro-oeste brasileiro, sobretudo o goiano, aliada ao estudo de variáveis que permitem analisar a dinâmica econômica, este trabalho objetiva analisar a dinâmica econômico-produtiva de Catalão (GO), realizando uma análise do perfil de sua indústria motriz (Perroux, 1967), traçando ainda paralelo com os efeitos de aglomeração e desaglomeração inerentes do município de Uberlândia.

A hipótese que se levanta é a de que, apesar de seu notável e expressivo desenvolvimento econômico no pós 2000, Catalão é intrinsecamente refém do desempenho de sua indústria motriz, a automobilística, e, portanto, do desempenho macroeconômico brasileiro e, em última instância, ainda vê-se prejudicada pela dificuldade de retenção do fluxo da renda gerada em seu território, que acaba por evadir para Uberlândia (MG).

Por meio da análise de indicadores econômicos: PIB, Valor Agregado Bruto, Indicadores de Instituições Financeiras, de emprego, evolução demográfica e de ganho de poder aquisitivo (usando como *proxy* a evolução nos indicadores do setor automobilístico), aliados à indicadores de polarização e retenção de renda (Quociente Locacional e Índice de Terceirização), comparando-os com outras seis cidades (Brasília, Goiânia, Uberlândia, Anápolis, Rio Verde e Itumbiara), busca-se refutar ou não a tese de que ele configura-se num Polo econômico de desenvolvimento, nos moldes da teoria de Polo de Crescimento de Perroux (1967).

Procurando responder às questões levantadas, realizando um estudo mais detalhado sobre a dinâmica econômico-produtiva de Catalão, este trabalho está estruturado em 3 capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo 1, faz-se uma pincelada

nas principais teorias de desenvolvimento regional, com maior riqueza em detalhes para a teoria de Perroux (1967). Posteriormente, no capítulo 2, há uma apresentação do desenvolvimento goiano. No capítulo 3 serão abordados os indicadores de renda, população, emprego e veículos, juntamente com dois índices: o Índice de Terceirização e de Quociente Locacional, além da Taxa média geométrica anual de crescimento da população.

## 1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

O processo de compreensão do desenvolvimento econômico regional pode ser feito perante a análise de várias óticas. Segundo Cruz et al (2011), torna-se, então, um processo complexo, sendo que o que se tem é uma diversidade de visões e não uma abordagem teórica única.

Duas são as principais frentes teóricas que tentam capturar a complexidade dos fenômenos econômicos no espaço: i) o conjunto de teorias clássicas da localização e ii) o conjunto de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, sendo a última de inspiração nos autores Marshall e Keynes, e também a mais utilizada como base em elaborações de políticas estatais de desenvolvimento regional, como destaca Cruz et al (2011).

Da primeira linha teórica acima citada, destacam-se os autores Von Thunen, sendo considerado o “pai” de tal frente, Alfred Weber – segundo o qual a localização das firmas depende de três fatores: i) o custo de transporte; ii) o custo da mão de obra e iii) um “fator local” oriundo das forças de aglomeração e desaglomeração e Walter Isard – que propõe a criação da *regional science*. Cruz et al (2011).

Considerado o “pai” do conjunto de teorias clássicas da localização, para Von Thunen *apud* Cruz et al (2011), considerando a existência de um produto agrícola homogêneo, tendo preço em uma cidade sendo dado e que existem custos de transportes, aqueles agricultores localizados na região de “origem” deste produto, possuem vantagem locacionais, quando comparados àqueles de outras regiões (mais distantes).

Para Alfred Weber *apud* Cruz et al (2011), é importante destacar três fatores determinantes para a localização de uma indústria numa região, sendo eles: o custo de transporte, o custo de mão de obra e um “fator local” que, nada mais é que as vantagens locacionais que determinada região pode oferecer. Vale ressaltar ainda, que esse modelo considera que, os preços são dados e a função de produção é dada com coeficientes fixos – semelhante à de Leontief – onde, para maximizar os lucros, a indústria procura localizar-se naquele lugar onde seus custos com transporte são os “menores”.

Por fim, em ordem cronológica de surgimento, a teoria de Walter Isard *apud* Cruz et al (2011), pode-se inferir que para o autor, há a necessidade da incorporação de novas

disciplinas na análise do desenvolvimento regional, para tal, propõe assim a criação da *regional science*.

Entre as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, destacam-se François Perroux, Gunnar Myrdal – que aplica a noção de “causação circular e cumulativa” na economia regional – Albert Hirschman e Douglass North

Para Myrdal *apud* Cruz et al (2011), o desenvolvimento regional acontece de acordo com uma “causação circular e cumulativa”, pois, de acordo com ele, haveria mecanismos que, uma vez iniciados, são mutuamente estimulados pelas forças do mercado, conduzindo, assim, ao desenvolvimento da região, de forma distinta as outras. É importante destacar que, para o autor, seria esse mecanismo o criador da desigualdade entre as regiões, e que tal disparidade no desenvolvimento torna-se uma problemática a partir do momento em que ele leva a uma condição de vida pior nos locais não desenvolvidos, em comparação com aqueles onde o mecanismo foi “acionado”.

Segundo Hirschman *apud* Cruz et al (2011), diferente do que alega Myrdal, a desigualdade inter-regional não configura-se como uma problemática, mas sim como o fator impulsionador do desenvolvimento, pois é através dos desequilíbrios que são realizados ajustes nas regiões em busca de seu desenvolvimento.

Douglas North *apud* Cruz et al (2011), alega que o desenvolvimento regional não se realiza em etapas sucessivas, passando da fase de uma agricultura de subsistência ao desenvolvimento capitalista – como a maioria dos autores pregava – mas sim através do que ele chama de “base exportadora”, onde através de uma atividade voltada à exportação– baseada em fatores locais específicos – induz-se a aceleração e desenvolvimento econômico.

### **1.1. OS POLOS DE CRESCIMENTO, FRANÇOIS PERROUX**

Economista francês, professor da Collège de France, depois de ensinar na Universidade de Lyon e na Universidade de Paris, François Perroux desenvolveu, em meados da década de 1950, sua teoria de Polos de Crescimento tornando-se o “pai” da linha do conjunto de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração e, também, é um de seus principais autores.

Perroux parte da premissa que o crescimento não é constante nem igual ao longo dos períodos, ele considera que a característica básica de uma economia é o aparecimento e desaparecimento de indústrias, com taxas de crescimento distintas para cada região, sendo assim: “(...) o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.” (Perroux, p.164, 1967).

### 1.1.1. INDÚSTRIA MOTRIZ

Segundo o autor, deve-se, ao analisar o crescimento, voltar os esforços para determinadas empresas – as denominadas de “motrizes” – as quais:

*Mais cedo do que outras, desenvolvem-se segundo formas que são as da grande indústria moderna: separação dos fatores de produção em si, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica de tarefas e mecanização.*

*Durante determinados períodos, apresentam taxas de crescimento do seu produto próprio mais elevadas do que a taxa média de crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional. (Perroux, p. 166, 1967).*

Ele levanta duas importantes questões sobre as referidas indústrias. A primeira diz respeito em como, e se, é possível mensurar a maneira que ela impacta nas outras. Partindo da sua concepção, diferente da que se tem no equilíbrio geral de concorrência perfeita – cujo preço é o único indicador que interliga as decisões empresariais, nesse caso:

*Em vez de se formarem em resultado das decisões de cada empresa relativamente ao seu volume de produção e compra de serviços, os lucros são induzidos pelo volume de produção e compra de serviços de outra empresa. Na medida em que o lucro é motor da expansão e crescimento capitalistas, a ação motriz não decorre já da prossecução e realização de lucro por cada empresa individual, apenas ligada às outras pelo preço, mas sim da prossecução e realização de lucro por empresas individuais que singularmente sofrem as consequências do volume de produção, do volume de compras e serviços e da técnica praticada pelas outras empresas. (Perroux, p. 167 e 168, 1967).*

Ainda segundo o autor, ao passo que torna-se visível o caminho para o crescimento de curto e longo prazo de grandes conglomerados, essa transformação de cenário implica em duas importantes consequências a serem observadas acerca do crescimento. A primeira diz respeito a natureza do investimento, evidenciando suas diferentes naturezas, separando-os por origem lucrativa da empresa que o realiza e aqueles que possuem origem embasados em outros meios além da lucratividade.

A outra questão que ele levanta é “como se exerce a ação da indústria motriz sobre o produto global da economia?”, para respondê-la é importante salientar que não há uma só resposta, depende-se de como são empregados os fatores de produção, variando seus efeitos sobre o produto global conforme varia sua aplicação.

Quando emprega-se fatores que, em período anterior, não estavam sendo utilizados e caso não se implique em perdas noutros setores, o produto desta indústria resultará em um aumento líquido do produto global da economia em relação ao período anterior.

Em situações de substituição dos fatores de produção notar-se-á ainda um aumento líquido no produto global. Entretanto, naqueles casos onde uma parcela dos fatores empregados resultarem em perda de produtividade em outros setores, o aumento do produto global será resultante da soma algébrica dos ganhos e perdas na produtividade.

A indústria (empresa) motriz possui, portanto, capacidade de, no longo prazo, modificar a estrutura regional por meio da criação de novas atividades complementares – podendo ser essas tanto para a própria empresa, quanto para outras atividades da região. Com fins de analisar e mensurar esses efeitos deve-se observar o comportamento do aumento nos “investimentos brutos na grande empresa” uma vez que eles são propulsores – em consequência, provocam transformações na dimensão dos fluxos e na estrutura do coeficiente de produção e consumo.

Entretanto, vale ainda ressaltar que, para uma boa análise, é necessário saber distinguir os efeitos sobre o crescimento que são inerentes a indústria (ou empresa) motriz e aqueles que são oriundos da “dinâmica do enquadramento”<sup>2</sup> de tais regiões, permitindo vislumbrar quais empresas são atraídas para determinado local em consequência da existência de uma motriz e quais são atraídas por fatores externos à ela.

---

<sup>2</sup> O dinamismo de enquadramento é uma combinação determinada dos três dinamismos do crescimento (população, inovações, instituições) que exerce seus efeitos num conjunto em relação ao qual a região constitui um subconjunto.

### 1.1.2. COMPLEXO DE INDÚSTRIAS E CRESCIMENTO

A princípio é importante destacar que Perroux ao apresentar o conceito de “complexo de indústria” o faz na intenção de introduzir três elementos com fins analíticos, sendo eles “1. Indústria-chave, 2. O regime não concorrencial e 3. O fato da concentração territorial”. (Perroux, 1967).

Uma indústria-chave é aquela que desencadeia efeitos por meio de compra e venda de insumos acima da média da economia, sendo, portanto, o conceito de indústria-motriz mais complexo e amplo que o da indústria-chave. Ressalta-se ainda, que, uma indústria-motriz sempre é uma indústria-chave, pois possui o poder de estimular a demanda e oferta de insumos em seu setor, no entanto, uma indústria-chave nem sempre é considerada motriz, pois, para tal, além do estímulo nos insumos é necessário um estímulo ao crescimento da região como um todo. (Souza, 2005)

Pelo segundo conceito introduzido por Perroux (1967) – o de regime não concorrencial – o que importa destacar é que, apesar da natureza oligopolística do complexo de indústrias que torna-o instabilizador da atividade econômica, este fenômeno (de instabilização da economia) pode ser minimizado, desde que a empresa oligopolista eleve a produtividade industrial e que isso resulte em uma acumulação de capital superior, quando comparada à uma situação de maior concorrência.

O último conceito – de concentração territorial – é para o economista Francês, nada mais nada menos que uma consequência dos dois acima abordados, pois:

*Num polo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devidos à proximidade e aos contatos humanos. A concentração industrial urbana cria tipos de consumidores e consumo diversificado e progressivo, em comparação com o dos meios agrícolas rurais. Surgem e encadeiam-se necessidades coletivas (alojamento, transportes, serviços públicos). Ao lucro dos negócios vêm sobrepor-se rendas de localização. Na ordem da produção, há tipos de produtos que se formam, inter-influenciam, criam as suas tradições e eventualmente participam num espírito coletivo: empresários, trabalhadores qualificados, quadros industriais. (Perroux, p.174, 1967).*

Salienta-se ainda que, polos industriais complexos possuem tendências a se ligarem à outros iguais, sendo importante que haja entre tais vias de transporte material e intelectual para eficiente comunicação entre eles.

## 2. O PROCESSO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO GOIANO

Assim como destacado na sessão acima, para uma boa análise é necessário separar do desenvolvimento os fatores externos à indústria motriz. No decorrer desta, mostrar-se-á os fatores históricos que, ao longo do tempo, favorecem (ou desfavoreceram) a inserção do estado de Goiás na dinâmica econômica nacional.

Segundo Freitas (2009), o desenvolvimento no território goiano acontece de maneira tardia, podendo-se destacar alguns períodos onde houve um interesse nacional em seu território, sendo eles:

*Primeiro houve o fornecimento de ouro para a metrópole, depois, bem à frente, o abastecimento do mercado nacional e o consumo de manufatura e, em seguida, a venda de produtos agropecuários em sua maioria para o mercado externo, vendendo as commodities e trazendo divisas em moeda estrangeira para o país.* (Freitas, p. 77, 2009).

Além disso, como destaca IPEA et al (2002), o Centro-oeste do país, mais especificamente Goiás e Mato Grosso, em suas áreas centrais, estabeleceram, desde o princípio do desenvolvimento do sudeste brasileiro, relações socioeconômicas de forma subordinada e complementar. Com área bastante segmentada entre as distintas regiões dentro do estado, em sua área central, Goiás fica isolado das relações com o sul e com o norte, fator que contribuiu para a fragilização do núcleo de acumulação goiano.

Em meados do século XX, o estado goiano apresentava-se bastante fragmentado, sendo o norte fragilmente articulado com as economias do Norte e do Nordeste. O sudoeste, por sua vez, funcionava mais como um prolongamento da economia triangulina; O centro-oeste do estado apresentava relações sociais e de produção “pré-capitalistas”, sendo também a sede administrativa do governo; por fim, o sudeste representava a via de comunicação com Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e o Nordeste brasileiro (IPEA et al, 2002).

A economia cafeeira, pós 1929, segundo Cano (1985), é responsável pela maior integração do território nacional e pelo desenvolvimento do Polo nacional – São Paulo. Inicialmente Minas Gerais é o primeiro estado brasileiro a se beneficiar da nova dinâmica de integração nacional, pois estava mais ligado ao estado paulista. Posteriormente, assistiu-se a integração da economia paulista com o resto do país, de modo que os demais são incorporados a essa dinâmica de forma subordinada e complementar. No que tange ao estado

de Goiás, é importante destacar que essa integração ocorre de forma tardia e, como destaca IPEA et al (2002), o fator decisivo para essa foi a extensão da malha ferroviária. No fim do século XIX, por meio da Companhia Mogiana, a ferrovia chega ao Triângulo Mineiro, o que permitiu que fossem realizados fluxos comerciais permanentes entre o Centro-oeste brasileiro e o litoral. É também por meio da região triangulina que se dá a conexão entre o Sul de Goiás e o estado de São Paulo – esse processo acaba resultando na consolidação da subordinação do estado de Goiás ao Triângulo Mineiro.

Analisando os efeitos da expansão ferroviária no estado goiano pelo prisma da transformação espacial, pode-se destacar a dupla transformação provocada:

*O surgimento de novas relações comerciais, o avanço da agricultura e a concorrência com a pecuária tradicional; e a obsolescência do eixo de integração por terra, desestruturando o antigo entroncamento assentado na rota Goiás-Pirenópolis-Santa Luzia-Paracatu-sul de Minas-Rio de Janeiro. Como resultado, ocorreu, na primeira metade do século XX, certo enfraquecimento econômico e populacional do sudeste em benefício de uma crescente urbanização do centro-sul do estado, capitalizada, primeiro, por Catalão e, posteriormente, por Anápolis. (IPEA et al, p 167, 2002).*

Também cabe destacar nesse ponto que não pode-se atribuir o avanço de Goiás na integração nacional e no surgimento de Polos dentro do estado apenas à expansão da malha ferroviária. Pós 1930, uma série de fatores se desencadeiam e aliam-se a ferrovia, culminando num maior desenvolvimento do estado. Entre esses fatores, enfatiza-se a mudança em sua capital, que sai de uma área de mineração precária deslocando-se para um território no centro-sul do estado – Goiânia, que até então era quase todo inabitado. Com a construção da nova capital, ocorre um surto imigratório para aquela região – atraindo principalmente imigrantes de Minas Gerais. (IPEA et al, 2002).

Além disso, na década de 30, há o rompimento do padrão de acumulação imposto na denominada “República Velha” e da hegemonia da economia cafeeira paulista. Criam-se novos mecanismos para a integração de todo o território nacional, com vias a estabelecer a expansão do mercado interno. O Estado Nacional assume o papel de promover a unificação dos mercados nacionais, com isso, há o desencadeamento de várias políticas estatais. O Centro-oeste do país tem grande impulso nesse contexto:

*De um lado, pelos efeitos dinamizadores do novo modelo econômico, presidido pela indústria, que estimulava a demanda por alimentos e criava maiores vínculos com*

*as áreas de produção agropecuária. De outro, por ser a região alvo das preocupações do governo com a sua ocupação, do que resultaram as políticas de colonização postas em prática ainda nos anos 30. Além disso, no xadrez político de Vargas, que buscava contrabalançar o peso da elite política paulista e diversificar suas bases regionais de sustentação, abria-se maior espaço para o Centro-oeste vir a ser beneficiado pelas ações do governo federal. (IPEA et al, p. 167, 2002).*

Em consequência das políticas federais, há o aprofundamento do fluxo imigratório com destino aos estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, entretanto, no caso do último, essa imigração é predominantemente feita por trabalhadores expulsos de seus locais de origem e que não eram capazes, portanto, de levar recursos ao estado, eram munidos apenas de uma tecnologia rudimentar.

De 1930 à meados da década de 50, são destaques no estado os municípios de Anápolis e de Goiânia. O primeiro beneficiou-se, em um momento inicial, de sua proximidade com a nova capital e, também, com a expansão da malha ferroviária para dentro de seu território, concentrando grande parte do fluxo de imigrantes firmando-se como principal zona de comércio atacadista, referência na região. Pós 1950, o município de Anápolis ganha papel coadjuvante à medida que a malha ferroviária se expande até Goiânia, tornando a capital principal Polo absorvedor de imigrantes, passando a se desenvolver num ritmo mais acelerado, superando as vantagens locais da cidade vizinha – Anápolis.

Entre as décadas de 1950 e 1960 há um grande salto na infraestrutura do país. Com o Plano de Metas e a construção da nova capital nacional – Brasília, reorganizou-se a estrutura do país com vistas a impulsionar investimentos nacionais e estrangeiros. Há a tentativa de modernização de todo o território nacional, mas o Centro-oeste, devido a sua localização, fora um dos mais beneficiados pelo surto de desenvolvimento vivenciado nesse período. (IPEA et al, 2002).

É importante destacar nesse processo que não somente a construção de infraestrutura via rodovias deram aos estados centro-ocidentais maior destaque em esfera nacional – a região passa a se beneficiar da função de suporte ao mercado interno (com seus produtos agrícolas). Com o Plano de Metas, além da expansão da malha rodoviária, tem-se a articulação das infraestruturas em um processo que envolvia um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico e “o binômio entre indústria automobilística/rodoviarismo”. (IPEA et al, 2002).

Vivencia-se um maciço investimento federal em obras de eletrificação, telecomunicação e na expansão das rodovias – sendo a falta das últimas, assim como defende IPEA et al (2002), um dos grandes entraves ao aprofundamento da interiorização produtiva do estado de Goiás.

Nesse processo de fomento a malha rodoviária do entorno da nova capital, duas merecem destaque:

*No sentido sul, a BR-153 ligou Goiânia a São José do Rio Preto, integrando estrategicamente a capital de Goiás diretamente à economia paulista, sem passar pela intermediação triangulina. No sentido norte, essa rodovia aproveitou parte do traçado já existente entre Goiânia-Anápolis-margens do rio Araguaia, prolongando-o no sentido de Araguaína (TO), com entroncamentos para São Luiz (MA) e Belém (PA). A outra rodovia importante foi a BR-060, que partindo de Brasília ligou Anápolis-Goiânia-sudoeste de Goiás, integrando-se à BR-364 e, de forma descontínua, à BR-163. (IPEA et al, p. 168, 2002).*

Como já citado anteriormente, desde o princípio a economia centroestina sofre grande influência do Triângulo Mineiro, com a abertura da BR 060 pretendia-se modificar a área de influência triangulina, voltando-a para a capital goiana. Apesar de não lograr êxito, limitou-se tal área de influência mineira no estado de Goiás, passando Goiânia a ser o núcleo de referência de todo o seu estado. (IPEA et al, 2002)002E

Apesar do grande esforço em integrar a economia centroestina ao restante do país, de ter-se modificado sua estrutura e do estímulo produtivo em consequência da criação da BR 364, não houveram mecanismos que garantissem a retenção de renda na região. Potencializou-se, inegavelmente, as oportunidades de investimentos produtivos, porém esse fator não é suficiente para garantir que a produção materialize espacialmente a renda, de modo que ela fique retida no território goiano. (IPEA et al, 2002).

Entre as próximas duas décadas (1970-80) há uma redução significativa do fluxo imigratório para o Centro-oeste, esse é também modificado, sendo agora composto principalmente por paulistas, gaúchos e paranaenses, todos, em sua maioria, detentores de capital e com vasta experiência na área agrícola. É também nesse período que os investimentos estatais no cerrado mudam significativamente a estrutura de ocupação e de produção do Centro-oeste (IPEA et al, 2002).

Diversos foram os investimentos, em forma de programas – tanto a nível nacional como aqueles específicos para a região, responsáveis pela transformação da estrutura produtiva centroestina. Cabe aqui destacar, na visão de IPEA et al (2002), os principais. Tratando-se primeiramente dos programas em escala nacional, *a priori* destaca-se o sistema de crédito rural subsidiado (1965-80), que viabilizou a expansão e mecanização da produção primária; posteriormente, tem-se o programa de incentivo à pecuária, que surge com objetivo de incentivar a atividade com maior tecnificação; em terceiro lugar, está a “política de preços únicos de combustíveis para o território nacional e de preço subsidiado do óleo diesel”, sendo responsável pela queda nos custos de transporte e do custo de combustível para o maquinário usado no rural; em quarto lugar surge o Proálcool (Programa de Substituição de petróleo), criado pelo governo brasileiro com intuito de estimular a substituição de gasolina por etanol, intensificando a produção de álcool combustível e, mais que os anteriores, possuiu impacto direto na região Centro-oeste, uma vez que além de estimular a produção da cana-de-açúcar, tornou-a mais industrializada. O quinto programa é denominado de Aquisições do Governo Federal (AGF), que nada mais era que uma padronização dos preços pagos pelo governo federal a nível nacional; posteriormente cabe destacar os órgãos de estudo e assistência técnica como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária) e a Emater (Empresa Brasileira de Extensão Rural), tais empresas foram fundamentais para a construção da hegemonia de *commodities* que hoje é o cerrado, pois, através de suas pesquisas, viabilizou a adaptação das *commodities* agrícolas ao solo do mesmo. Por último, é importante enfatizar o papel do PROFIR (Programa de Financiamento (de equipamentos) de Irrigação) criado em 1982 e que se alia aos programas de pesquisa na potencialização da produção de grãos no cerrado.

Dos programas específicos para a região Centro-oeste cabe enfatizar, primeiramente, os PIC (Programas Integrados de Colonização), criados a partir de 1970, o principal objetivo dessa iniciativa era a “absorção dos excedentes populacionais do Centro-sul e Nordeste”; sequencialmente surge o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial) pelo qual financiaram-se a aquisição de terras, podendo ser mais entendido como a PIC para o setor privado. Em segundo lugar, há o Programa de Incentivo Fiscal para a Amazônia Legal – o qual tinha sua área de abrangência composta por Mato Grosso e o norte goiano – sendo criado em 1966, com o propósito de atrair investimentos com incentivos fiscais. Em terceiro lugar, em 1975, surge o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), podendo ser considerado o principal programa de incentivo

às frentes comerciais, de todos aqueles que já foram (e também dos que serão) analisados, é o mais completo e com maiores subsídios; em quarto lugar, surge em 1976, o Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), voltado para a produção e expansão da agricultura moderna dos cerrados. Por fim, assim como afirma, Mueller (1990) *apud* IPEA et al (2002), há que se destacar um conjunto de programas especiais, sendo:

*o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan); o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran); o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Geoeconômica); o Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Poloamazônia), com impactos em Mato Grosso e no Norte de Goiás; e, de criação mais recente, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), cujo objetivo - não atingido - era ordenar a caótica ocupação de Rondônia e de partes de Mato Grosso. (IPEA et al, p. 172, 2002).*

Na esfera estadual, houveram também os incentivos via isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), chegando Goiás a usar desse mecanismo oferecendo isenção de 10 anos para empresas recém-implantadas (IPEA et al, 2002).

Nota-se, portanto, um esforço dos governos em firmar a hegemonia do Centro-oeste nos chamados complexos agroindustriais. Entretanto, esforços acabam por reforçar a estrutura de produção concentrada, com um número reduzido de cidades e cuja estrutura é centralizadora, reforçando a assimetria histórica presente na configuração das cidades da região, como consequência tem-se que os esforços são voltados para determinados (e poucos) aglomerados urbanos, acentuando o processo de marginalização e subempregos nas demais cidades. (IPEA et al, 2002).

Cabe observar ainda que, desde meados de 1985, firma-se no estado de Goiás a estrutura de concentração das atividades de perfil urbano em algumas mesorregiões – o centro do estado (nucleado por Goiânia e Anápolis, sendo o último em menor escala), abrangendo poucos municípios. A atividade agropecuária é aquela em que nota-se menor concentração no centro do estado, ainda que boa parte desta é exercida pelo sul goiano (sendo nucleada por Uberlândia (MG), Rio Verde (GO), Itumbiara (GO) e Ituiutaba (MG), sendo o último em menor escala). É importante observar a continua presença da influência de cidades mineiras em território goiano, sendo esse fator responsável pela evasão de renda gerada e, também, por fragilizar o potencial de diversificação dos núcleos goianos. (IPEA et al, 2002).

### 3. DINÂMICA SOCIO-ECONÔMICA DE CATALÃO (GO)

Pós resgate histórico, realizado no capítulo anterior, neste que se segue será feito um recorte de dados com vistas a examinar a dinâmica do município de Catalão (GO) no aglomerado urbano do qual ele faz parte, na tentativa de verificar se há uma empresa motriz em seu território e quais são seus desdobramentos. Com fins comparativos serão analisados também outros aglomerados urbanos, sendo eles o de Brasília (DF), Goiânia (GO), Uberlândia (MG), Rio Verde (GO), Itumbiara (GO) e Anápolis (GO) – os quais foram escolhidos seguindo o critério de capital do estado (Goiânia), capital federal (Brasília) e cidades com perfil semelhante à Catalão (Anápolis, Rio Verde e Itumbiara) – que, assim como o município catalano, foram caracterizadas como Polo por Romanatto (2011), além do Polo mineiro, no qual acredita-se vir grande influência ao desenvolvimento de Catalão – Uberlândia.

Seguindo o conceito definido pelo IBGE, um arranjo (ou aglomerado) populacional é composto por dois ou mais municípios os quais há forte integração populacional – oriundos da marcha migratória a procura de trabalho ou estudo.

Os critérios adotados para escolherem tais são:

*A escolha dos critérios que formam um arranjo populacional está baseada na noção de existência de relacionamentos cotidianos por grande parte da população entre dois ou mais municípios. Os relacionamentos existem devido a fatores, tais como: crescimento de uma cidade (os casos mais comuns são os metropolitanos, onde a capital costuma atrair população do entorno); emancipação de um município; processos históricos de formação; localização de indústrias (onde uma fábrica em um pequeno município demanda população dos municípios vizinhos); entre outros. Considera-se, assim, o termo integração como o mais apropriado para sintetizar esses diversos contextos (IBGE, p. 22, 2016).*

Diante disso, os aglomerados que serão abordados serão quatro, sendo eles: **i. Brasília (DF):** Águas Lindas de Goiás (GO), Brasília (DF), Cidade Ocidental (GO), Luziânia (GO), Novo Gama (GO), Padre Bernardo (GO), Planaltina (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO) e Valparaíso de Goiás (GO); **ii. Goiânia (GO):** Abadia de Goiás (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Aragoiânia (GO), Bonfinópolis (GO), Brazabranes (GO), Caldazinha (GO), Goiânia (GO), Goianira (GO), Guapó (GO), Hidrolândia (GO), Nerópolis (GO), Nova Veneza (GO), Santo Antônio de Goiás (GO), Senador Canedo (GO) e Trindade (GO); **iii. Itumbiara**

**(GO):** Araporã (MG) e Itumbiara (GO); iv. **Catalão (GO):** Catalão (GO), Goiandira (GO), Ouidor (GO) e Três Ranchos (GO).<sup>3</sup>

As cidades de Uberlândia (MG), Anápolis (GO) e Rio Verde (GO) são considerados, pelo IBGE, como municípios “isolados”, não fazem parte, portanto, de um arranjo populacional. É importante entender que, em consequência dessa classificação, ao tratar de seus respectivos “Aglomerados”, os dados, na verdade, referem-se apenas a cada um dos municípios de forma “isolada”.

Serão analisadas a dinâmica econômica – pelos dados da evolução do PIB e composição do Valor Agregado Bruto (VAB); os dados de instituições financeiras (depósitos a prazo, poupança e operações de crédito); o comportamento dos cinco principais setores empregadores; a dinâmica do crescimento populacional – via dados dos censos de 1970 à 2010; e a estrutura e evolução da frota automobilística – veículos e motocicletas;

### 3.1. INDICADORES ECONÔMICOS

Utilizando dados disponíveis no site do IBGE, abaixo têm-se uma análise da dinâmica produtiva por meio do PIB, bem como de sua decomposição no Valor Agregado de cada atividade econômica (VAB) e do volume das transações bancárias, sendo ainda complementados pelo Índice de Terceirização (It).

Na tentativa de análise da dinâmica econômica dos municípios desta amostra, optou-se pelos indicadores de atividade econômica (PIB, VABs e transações bancárias) seguidos pelo indicador acima citado, pois, os primeiros dão horizonte para observar o comportamento econômico, seja sua variação positiva ou negativa, de modo que o último servirá para identificar se há, no período de análise, uma alteração na dinâmica econômico-produtiva.

Para além ressaltar que, para uma leitura coesa e exata, é necessário atentar-se para dois fatos: i. os valores nos gráficos proporcionam uma melhor visualização; porém, uma vez estes estarem fora de escala entre si, pode levar o leitor a incorrer em erros caso não seja notado e ii. em casos excepcionais, os quais se julgaram necessário, os dados referem-se apenas à municípios de forma “isolada” e não de seus Agregados.

---

<sup>3</sup> Classificação das cidades integrantes de cada aglomerado segundo definido por IBGE (2016)

### **3.1.1. PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR AGREGADO**

Na tabela 1 (a seguir) é possível visualizar o comportamento no PIB dos sete aglomerados. Com conjuntura econômica favorável até meados de 2014, observa-se um incremento no indicador em todos eles. Brasília é aquele que mais se destaca, sendo que tal fator pode ser explicado pelo nível de atividade econômica mais avançado que os demais. Classificando-os em ordem decrescente de valores tem-se: Brasília, Goiânia, Uberlândia, Anápolis, Catalão, Rio Verde e Itumbiara, demonstrando que, Catalão, em comparação às demais cidade com mesmo porte populacional, possui PIB de maior valor – com ressalvas para o ano de 2015, onde o Produto Interno Bruto catalano cai e o rio-verdense dobra, de modo que o primeiro passa a ocupar o penúltimo lugar entre os sete e Rio Verde assume a quinta posição.

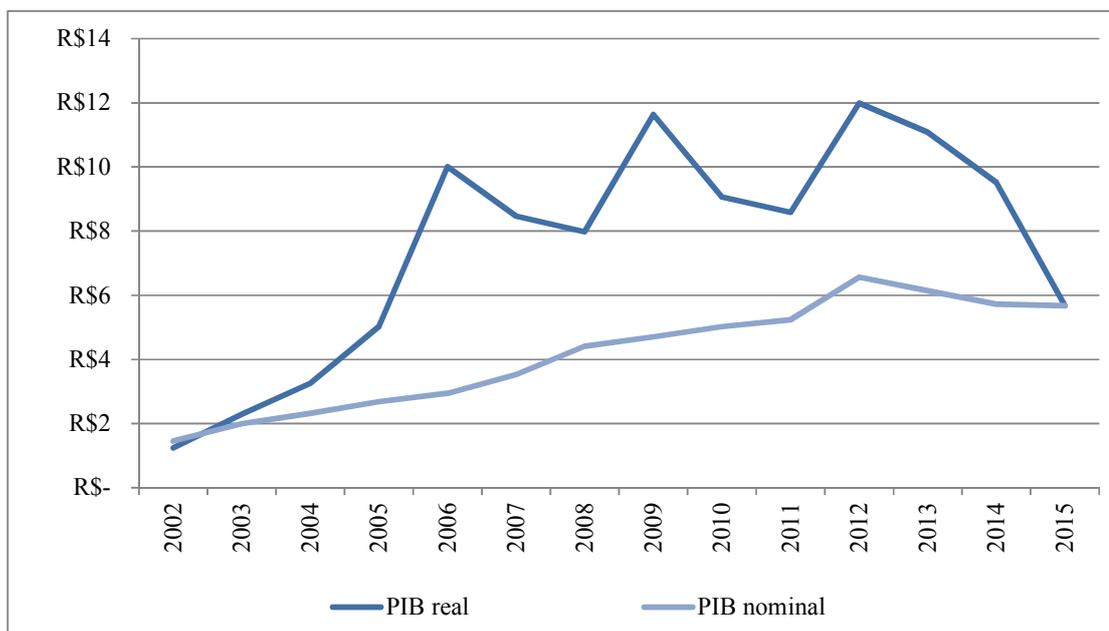
**Tabela 1** - Evolução do PIB (em bilhões de reais), a preços correntes, para o Brasil, aglomerados e cidades que os compõe, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015

País/Aglomerado/Cidade	Ano			
	2002	2005	2010	2015
<b>Brasil</b>	<b>R\$ 1.488,79</b>	<b>R\$ 2.170,58</b>	<b>R\$ 3.885,85</b>	<b>R\$ 5.995,79</b>
<b>Aglomerado Brasília</b>	<b>R\$ 55,79</b>	<b>R\$ 78,82</b>	<b>R\$ 150,07</b>	<b>R\$ 226,08</b>
Águas Lindas de Goiás (GO)	R\$ 0,21	R\$ 0,35	R\$ 0,77	R\$ 1,54
Brasília (DF)	R\$ 53,90	R\$ 75,73	R\$ 144,17	R\$ 215,61
Cidade Ocidental (GO)	R\$ 0,10	R\$ 0,17	R\$ 0,34	R\$ 0,64
Luziânia (GO)	R\$ 0,77	R\$ 1,35	R\$ 2,17	R\$ 3,35
Novo Gama (GO)	R\$ 0,14	R\$ 0,24	R\$ 0,47	R\$ 0,80
Padre Bernardo (GO)	R\$ 0,09	R\$ 0,11	R\$ 0,22	R\$ 0,48
Planaltina (GO)	R\$ 0,17	R\$ 0,28	R\$ 0,50	R\$ 0,92
Santo Antônio do Descoberto (GO)	R\$ 0,11	R\$ 0,17	R\$ 0,32	R\$ 0,57
Valparaíso de Goiás (GO)	R\$ 0,28	R\$ 0,42	R\$ 1,12	R\$ 2,16
<b>Aglomerado de Goiânia</b>	<b>R\$ 14,05</b>	<b>R\$ 19,95</b>	<b>R\$ 38,33</b>	<b>R\$ 65,58</b>
Abadia de Goiás (GO)	R\$ 0,02	R\$ 0,03	R\$ 0,06	R\$ 0,17
Aparecida de Goiânia (GO)	R\$ 1,63	R\$ 2,55	R\$ 5,81	R\$ 11,52
Aragoiânia (GO)	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,06	R\$ 0,10
Bonfinópolis (GO)	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,05	R\$ 0,07
Brazabrantes (GO)	R\$ 0,01	R\$ 0,02	R\$ 0,04	R\$ 0,09
Caldazinha (GO)	R\$ 0,01	R\$ 0,02	R\$ 0,03	R\$ 0,04
Goiânia (GO)	R\$ 11,06	R\$ 15,47	R\$ 29,04	R\$ 46,63
Goianira (GO)	R\$ 0,14	R\$ 0,17	R\$ 0,32	R\$ 0,68
Guaporé (GO)	R\$ 0,04	R\$ 0,06	R\$ 0,12	R\$ 0,17
Hidrolândia (GO)	R\$ 0,14	R\$ 0,16	R\$ 0,25	R\$ 0,60
Nerópolis (GO)	R\$ 0,16	R\$ 0,23	R\$ 0,39	R\$ 0,63
Nova Veneza (GO)	R\$ 0,03	R\$ 0,09	R\$ 0,08	R\$ 0,16
Santo Antônio de Goiás (GO)	R\$ 0,02	R\$ 0,03	R\$ 0,05	R\$ 0,13
Senador Canedo (GO)	R\$ 0,38	R\$ 0,59	R\$ 1,01	R\$ 2,69
Trindade (GO)	R\$ 0,38	R\$ 0,48	R\$ 1,03	R\$ 1,90
<b>Aglomerado de Uberlândia</b>	<b>R\$ 5,39</b>	<b>R\$ 7,89</b>	<b>R\$ 18,95</b>	<b>R\$ 29,55</b>
Uberlândia (MG)	R\$ 5,39	R\$ 7,89	R\$ 18,95	R\$ 29,55
<b>Aglomerado de Anápolis</b>	<b>R\$ 2,21</b>	<b>R\$ 3,07</b>	<b>R\$ 11,06</b>	<b>R\$ 13,30</b>
Anápolis (GO)	R\$ 2,21	R\$ 3,07	R\$ 11,06	R\$ 13,30
<b>Aglomerado de Catalão</b>	<b>R\$ 1,62</b>	<b>R\$ 2,87</b>	<b>R\$ 5,34</b>	<b>R\$ 6,33</b>
Catalão (GO)	R\$ 1,45	R\$ 2,68	R\$ 5,02	R\$ 5,68
Goiandira (GO)	R\$ 0,02	R\$ 0,03	R\$ 0,06	R\$ 0,10
Ouvidor (GO)	R\$ 0,14	R\$ 0,14	R\$ 0,23	R\$ 0,51
Três Ranchos (GO)	R\$ 0,01	R\$ 0,02	R\$ 0,03	R\$ 0,04
<b>Aglomerado de Rio Verde</b>	<b>R\$ 1,83</b>	<b>R\$ 2,45</b>	<b>R\$ 4,45</b>	<b>R\$ 8,08</b>
Rio Verde (GO)	R\$ 1,83	R\$ 2,45	R\$ 4,45	R\$ 8,08
<b>Aglomerado de Itumbiara</b>	<b>R\$ 1,44</b>	<b>R\$ 2,20</b>	<b>R\$ 3,27</b>	<b>R\$ 5,30</b>
Araporã (MG)	R\$ 0,54	R\$ 0,95	R\$ 1,00	R\$ 1,33
Itumbiara (GO)	R\$ 0,89	R\$ 1,25	R\$ 2,27	R\$ 3,97

Elaboração própria. Fonte: SIDRA – IBGE.

Explorando o caso de Catalão (GO), é importante destacar o avanço do PIB no período selecionado, sendo que há uma queda no mesmo apenas quando o cenário econômico como um todo se fez desfavorável, mais especificamente pós-recessão no ano de 2014. Tal avanço fica mais explícito quando observa-se os dados do gráfico 1.

**Gráfico 1** - Evolução do PIB (em bilhões de reais), a preços correntes e constantes de 2015, em Catalão (GO), de 2002 à 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

Na tabela 2 são apresentados os dados de participação dos PIBs municipais e dos aglomerados no PIB nacional. É possível notar que aquele aglomerado com maior participação no produto nacional é o de Brasília, seguido da capital do estado goiano, sendo que os demais municípios possuem participação inferior à 0,50%, Uberlândia é aquele que mais se aproxima desse valor.

A participação do aglomerado de Catalão é um tanto quanto inexpressiva (0,11%), com pouca ou nenhuma variação (até 2010). Entretanto é importante observar que o município catalano é detentor de praticamente todo esse contingente, por ser aquele com maior PIB dentre os quatro integrantes do aglomerado. Nota-se ainda uma queda expressiva no ano de 2015 em relação ao ano de 2010 (de 0,14% em 2010 para 0,11% em 2015), sendo que isso não é observado nos outros aglomerados e que pode ter ocorrido como consequência da baixa no PIB catalano, observado na tabela 1.

**Tabela 2** - Participação do PIB dos municípios escolhidos no PIB Nacional (%), para os anos selecionados.

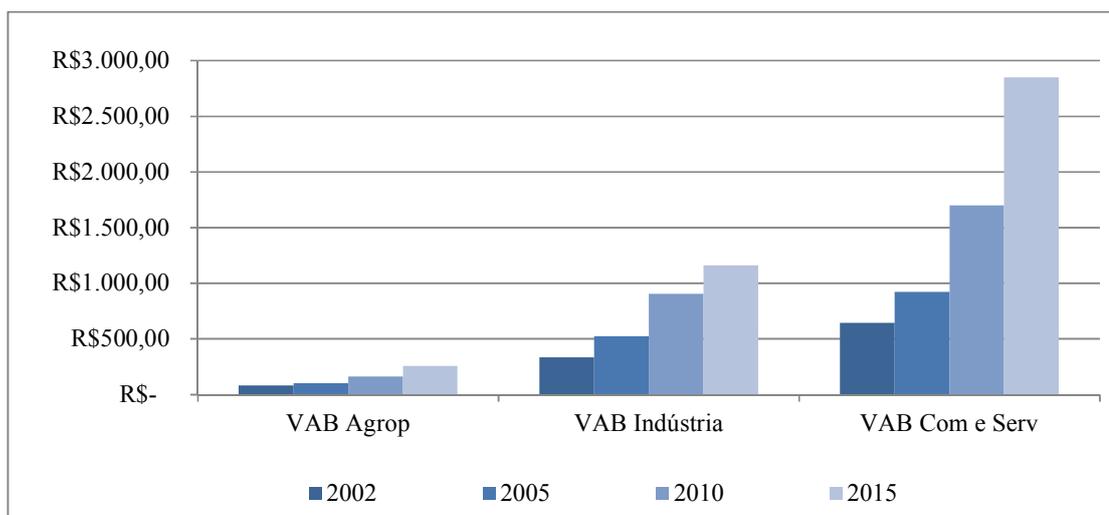
Agglomerado/Cidades	Ano			
	2002	2005	2010	2015
<b>Agglomerado Brasília</b>	<b>3,75</b>	<b>3,63</b>	<b>3,86</b>	<b>3,77</b>
Águas Lindas de Goiás (GO)	0,01	0,02	0,02	0,03
Brasília (DF)	3,62	3,49	3,71	3,60
Cidade Ocidental (GO)	0,01	0,01	0,01	0,01
Luziânia (GO)	0,05	0,06	0,06	0,06
Novo Gama (GO)	0,01	0,01	0,01	0,01
Padre Bernardo (GO)	0,01	0,00	0,01	0,01
Planaltina (GO)	0,01	0,01	0,01	0,02
Santo Antônio do Descoberto (GO)	0,01	0,01	0,01	0,01
Valparaíso de Goiás (GO)	0,02	0,02	0,03	0,04
<b>Agglomerado de Goiânia</b>	<b>0,94</b>	<b>0,92</b>	<b>0,99</b>	<b>1,09</b>
Abadia de Goiás (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aparecida de Goiânia (GO)	0,11	0,12	0,15	0,19
Aragoiânia (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Bonfinópolis (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Brazabrantes (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Caldazinha (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Goiânia (GO)	0,74	0,71	0,75	0,78
Goianira (GO)	0,01	0,01	0,01	0,01
Guapó (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Hidrolândia (GO)	0,01	0,01	0,01	0,01
Nerópolis (GO)	0,01	0,01	0,01	0,01
Nova Veneza (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Santo Antônio de Goiás (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Senador Canedo (GO)	0,03	0,03	0,03	0,04
Trindade (GO)	0,03	0,02	0,03	0,03
<b>Agglomerado de Uberlândia</b>	<b>0,36</b>	<b>0,36</b>	<b>0,49</b>	<b>0,49</b>
Uberlândia (MG)	0,36	0,36	0,49	0,49
<b>Agglomerado de Anápolis</b>	<b>0,15</b>	<b>0,14</b>	<b>0,28</b>	<b>0,22</b>
Anápolis (GO)	0,15	0,14	0,28	0,22
<b>Agglomerado de Rio Verde</b>	<b>0,12</b>	<b>0,11</b>	<b>0,11</b>	<b>0,13</b>
Rio Verde (GO)	0,12	0,11	0,11	0,13
<b>Agglomerado de Catalão</b>	<b>0,11</b>	<b>0,13</b>	<b>0,14</b>	<b>0,11</b>
Catalão (GO)	0,10	0,12	0,13	0,09
Goiandira (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
Ouvidor (GO)	0,01	0,01	0,01	0,01
Três Ranchos (GO)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Agglomerado de Itumbiara</b>	<b>0,10</b>	<b>0,10</b>	<b>0,08</b>	<b>0,09</b>
Araporã (MG)	0,04	0,04	0,03	0,02
Itumbiara (GO)	0,06	0,06	0,06	0,07

Elaboração própria. Fonte: SIDRA – IBGE.

Pela ótica da produção, de acordo com IBGE, o Produto Interno Bruto de um país ou região é resultante do somatório entre o que cada setor econômico produz – sendo eles divididos em quatro: Agropecuário, Industrial, de Comércio e Serviços e Administração Pública, além dos impostos. Sendo assim, o VAB torna-se uma boa medida de identificação

de quais são as atividades que mais contribuem para o desenvolvimento de determinada localidade. Com intuito de analisar a composição do PIB de cada aglomerado, e também a tendência nacional, bem como de suas principais atividades produtivas, seguir seguem os Gráficos 2 a 9, com o desmembramento de cada um dos três principais setores da atividade econômica - Agropecuário, Industrial e de Comércio e Serviços - no Valor Agregado Bruto (VAB).

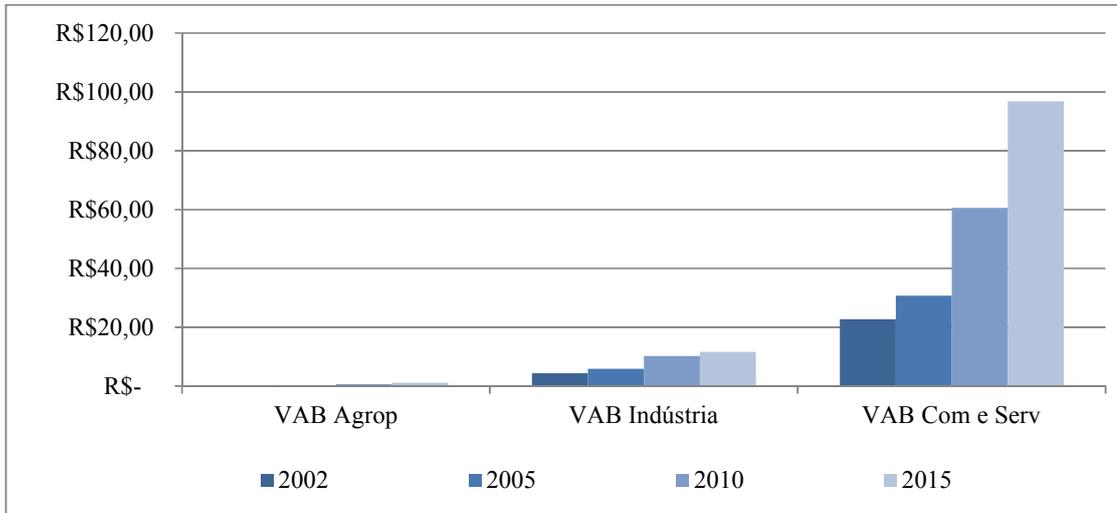
**Gráfico 2** - Evolução dos VABs do Brasil (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

No Gráfico 2 (acima) há a desagregação PIB nacional, sendo possível constatar que o corre uma variação positiva de todos os VABs no decorrer dos anos. Para além, nota-se que o setor de comercio e serviços é o que mais se destaca entre os analisados, possuindo assim maior parcela na composição da renda nacional, apresentando também um crescimento notavelmente expressivo no ano de 2015 em relação ao ano de 2010.

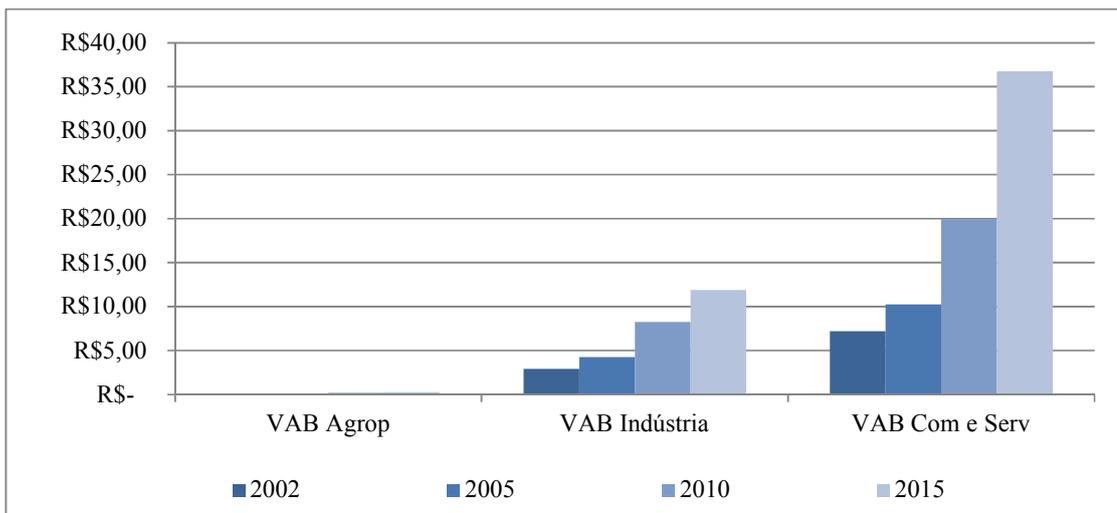
**Gráfico 3** - Evolução dos VABs do Aglomerado de Brasília (DF) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

Nos VABs do Aglomerado da capital federal é possível perceber que, assim como observado na média nacional, possui participação relevante do setor de comércio e serviços. Entretanto, os outros dois não possuem muita relevância, principalmente o da agropecuária. Por ser sede administrativa federal, o contingente do setor da administração pública é detentor de parte significativa do PIB, tornando-se aquele de maior relevância para a economia, representando, em 2015, um valor superior à 86 bi.

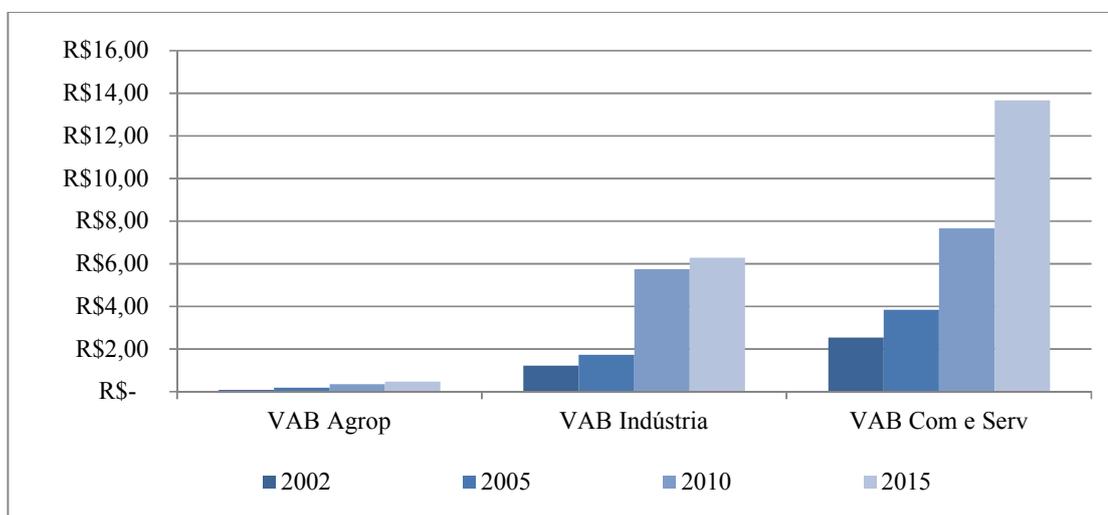
**Gráfico 4** - Evolução dos VABs do Aglomerado de Goiânia (GO) (em bilhões de reais) a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

No Aglomerado da capital do estado goiano, assim como na média brasileira, possui significativa participação o setor de comércio e serviços, entretanto, diferente da capital nacional, o setor industrial também mostra significativa participação (Gráfico 4). Ademais, é de se esperar também que, pelo contingente de serviços administrativos do estado centralizados nesse município, a participação do setor de administração pública seja significativa. Por fim, segundo dados da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO), os parques industriais das cidades de Aparecida de Goiânia, Goianira e Senador Canedo possuem juntas 118 empresas, contribuindo para o bom desempenho do setor no aglomerado em que estão inseridas.

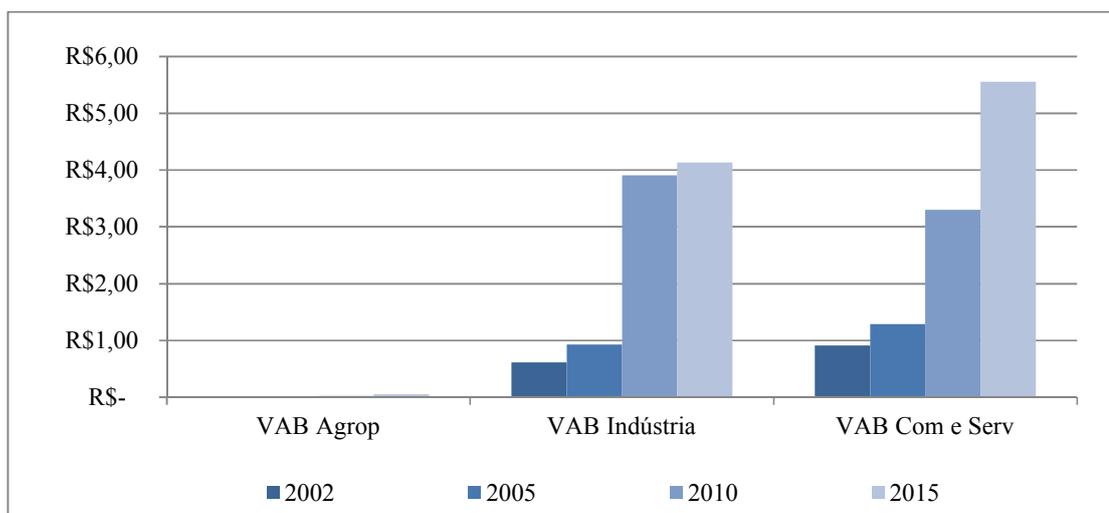
**Gráfico 5** – Evolução dos VABs de Uberlândia (MG) (em bilhões de reais) a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

Terceiro maior contingente populacional dentre os aglomerados analisados, Uberlândia é considerado um polo do comércio atacadista (Gráfico 5), sendo sede de grandes distribuidoras atuantes no mercado nacional, dando ao setor de comércio e serviços importância significativa. Além disso, o município possui participação de importantes indústrias, tanto nacionais como multinacionais, como a BRF S.A., Cargill Agrícola S.A., JBS S.A., Junco Indústria e Comércio LTDA, Souza Cruz S.A. e Ambev S.A., proporcionando expressiva participação a esse setor no PIB uberlandense.

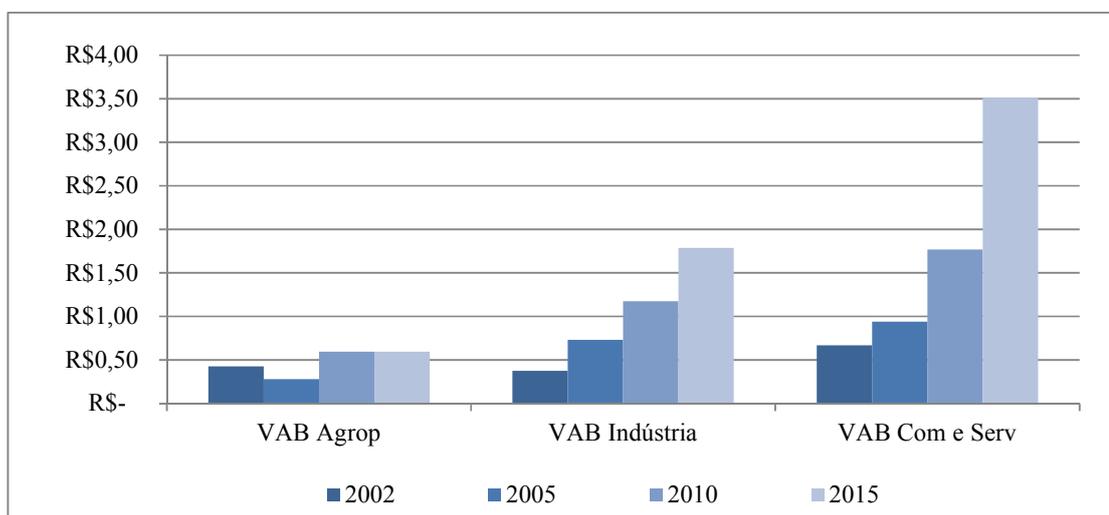
**Gráfico 6** – Evolução dos VABs do Aglomerado de Anápolis (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

Situado a 57 km da capital goiana, Anápolis concentra grande número de indústrias em seu parque industrial – o Daia (Distrito Agroindustrial de Anápolis) – que, em 2017, possuía cerca de 130 empresas, entre elas o polo farmacêutico do estado, sendo também a 3ª cidade em arrecadação de impostos do estado.

**Gráfico 7** – Evolução dos VABs do Aglomerado de Rio Verde (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.

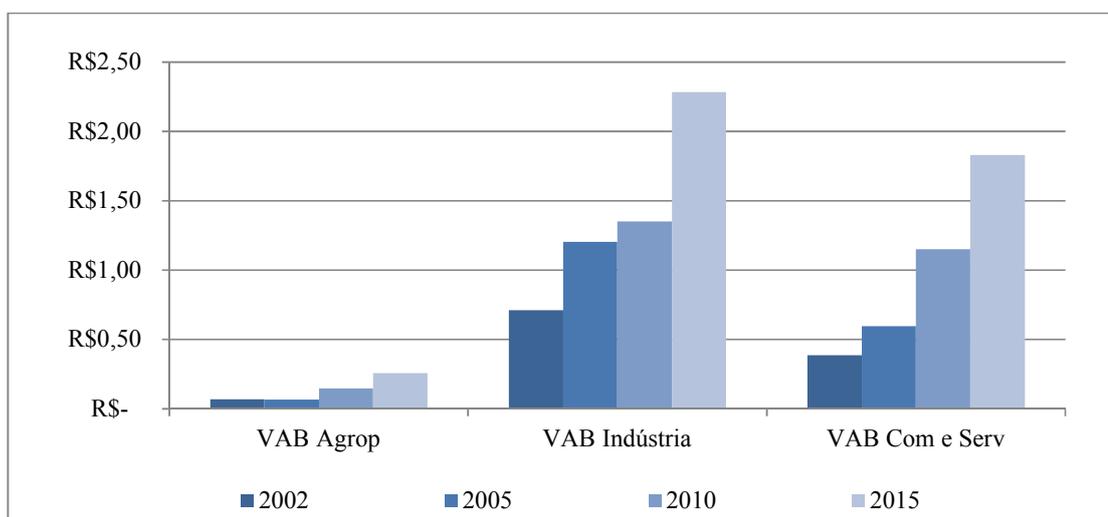


**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

Município mais rico em produção agropecuária do país, em 2009, segundo demonstram os dados divulgados pelo IBGE, Rio Verde é conhecido como a capital do

agronegócio brasileiro, sendo seu forte concentrado na produção de carnes. Grande parte do seu setor industrial deve-se também àquelas atuantes no *agribusiness*. No aparato das cidades analisadas dentre aquelas com menos de 300 mil habitantes, o município Rio-Verdense é líder no setor agropecuário.

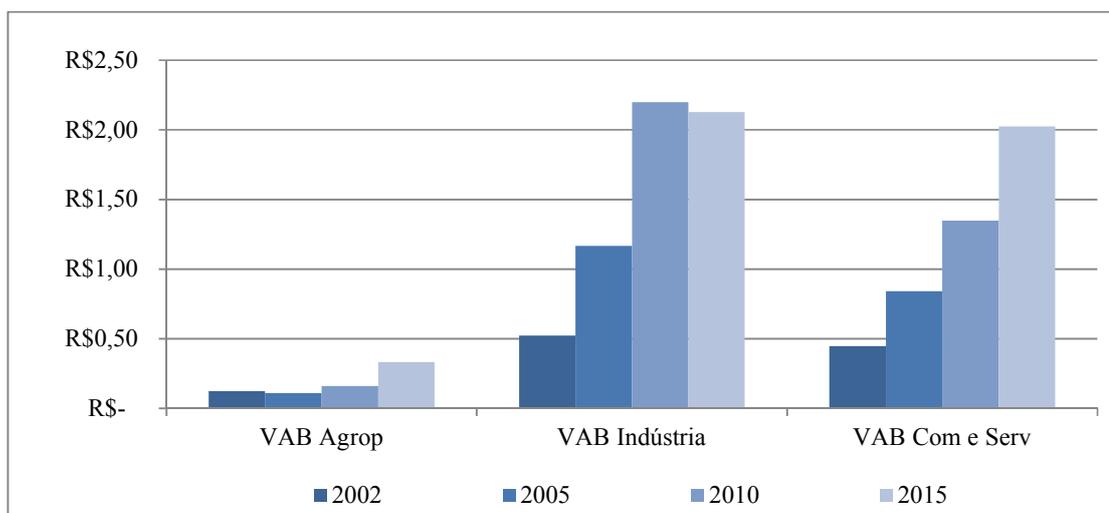
**Gráfico 8** – Evolução dos VABs do Aglomerado de Itumbiara (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

O que cabe ressaltar no aglomerado de Itumbiara (GO), que foge aos padrões das outras duas cidades com porte populacional semelhante (Rio Verde e Catalão) é a disparada no setor industrial, representada pelo pico do VAB da indústria. Localizada a pouco mais de 200 km da capital goiana, parte desse incremento no setor em questão pode ser atribuído à instalação da fábrica de lácteos da *BR FOODS*, investimento que beirou os 30 milhões de reais, como mostra a reportagem do Agrolink, em 2012.

**Gráfico 9** – Evolução dos VABs do Aglomerado de Catalão (GO) (em bilhões de reais), a preços correntes, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** IBGE, elaboração própria.

O que mais chama a atenção no caso catalano é como varia o Valor Agregado Bruto da Indústria, sendo que esse tem um *boom* no ano de 2010, com relação a 2005, mas quando se olha para o ano de 2015, há uma queda em relação ao período anterior. E, apesar de o VAB Agropecuário manter-se em tendência de alta, o PIB total do município, como pode ser observado na tabela 1, entra numa tendência baixista pós-2010, demonstrando que o setor industrial é preponderante para a produção econômica no município.

No geral, assim como na média nacional, todos os Aglomerados analisados possuem expressiva participação do setor de comércio e serviços, demonstrando ser essa uma característica comum do Brasil.

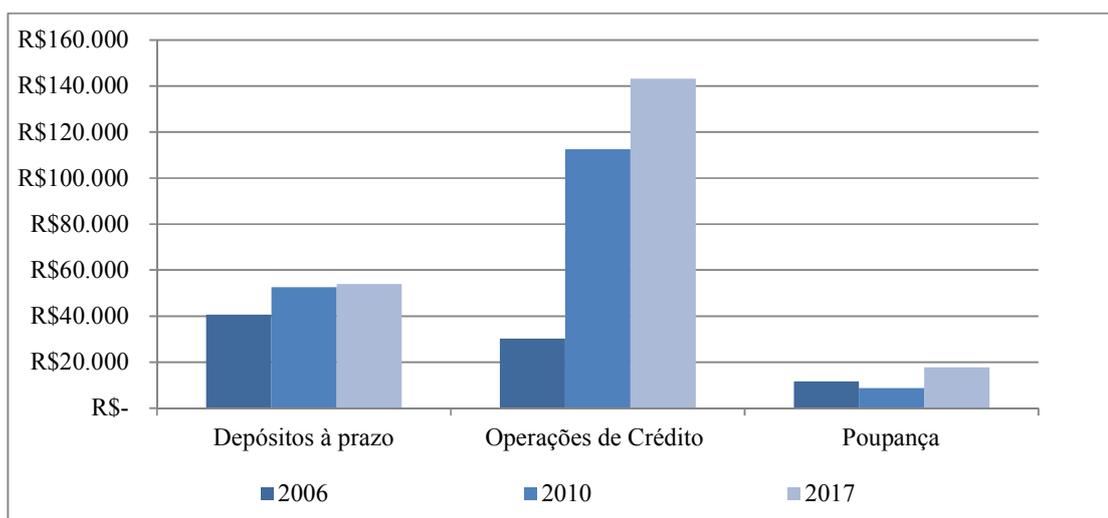
### 3.1.2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Na subseção que se segue, serão apresentados os dados para depósito à prazo, operações de crédito e poupança – coletados na plataforma IBGE Cidades – que auxiliarão no processo de identificação do avanço dos indicadores financeiros nos municípios escolhidos, bem como servirão como uma *proxy* de análise da melhora na renda das famílias e lucratividade das empresas, via nível de poupança. Ressalta-se ainda que esses dados são referentes aos valores para os municípios de forma isolada, não para seus Aglomerados.

Com um sistema de bancos altamente concentrado – segundo dados divulgados pelo Banco Central no Relatório de Estabilidade Financeira, em 2017, quatro bancos eram responsáveis por concentrar uma parcela de aproximadamente 79% das operações de crédito no país – o Brasil possui elevada taxa de juros ao consumidor final, sendo o crescimento de crédito bancário inferior à tendência de longo prazo esperada.

Como analisa D’Agosto, em sua coluna no jornal Valor Econômico, em 2017, há forte correlação entre o nível de poupança e a renda das famílias, de modo que, quando têm-se um ganho de renda, consequentemente, aumenta-se as captações em caderneta de poupança. Esse movimento se explica pelo fato de que, ao receber um incremento na renda, as famílias passam a destinar parte dela à investimentos (em sua maioria, a poupança), modificando sua estrutura de consumo.

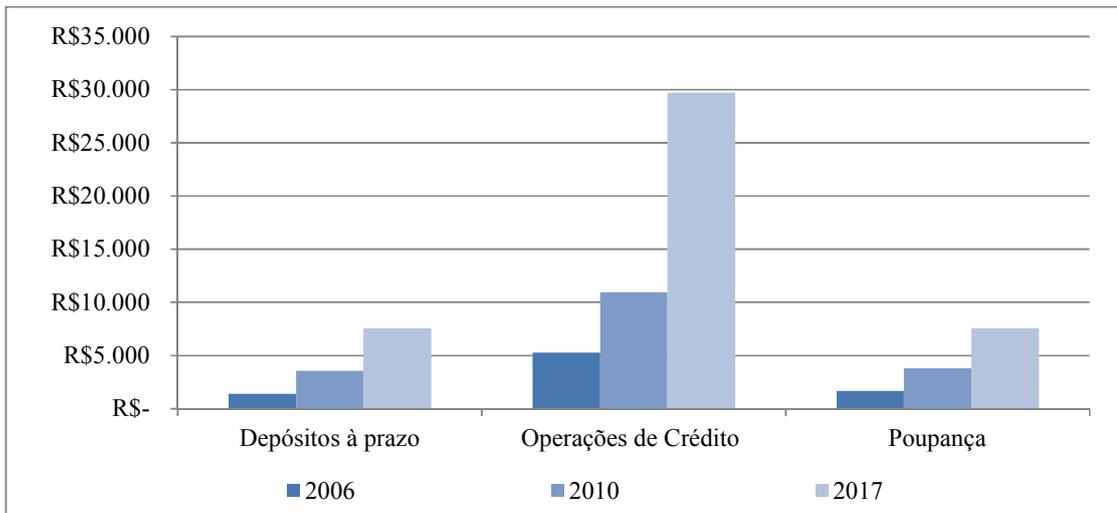
**Gráfico 10** – Evolução dos indicadores financeiros de Brasília (DF), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.



**Fonte:** IBGE Cidades, elaboração própria.

Exceto o nível de poupança, todos os demais indicadores apresentaram evolução, sendo que o de “Operações de Crédito” aquele que se destaca, crescendo a uma taxa superior a quatro vezes o seu valor no ano de 2006.

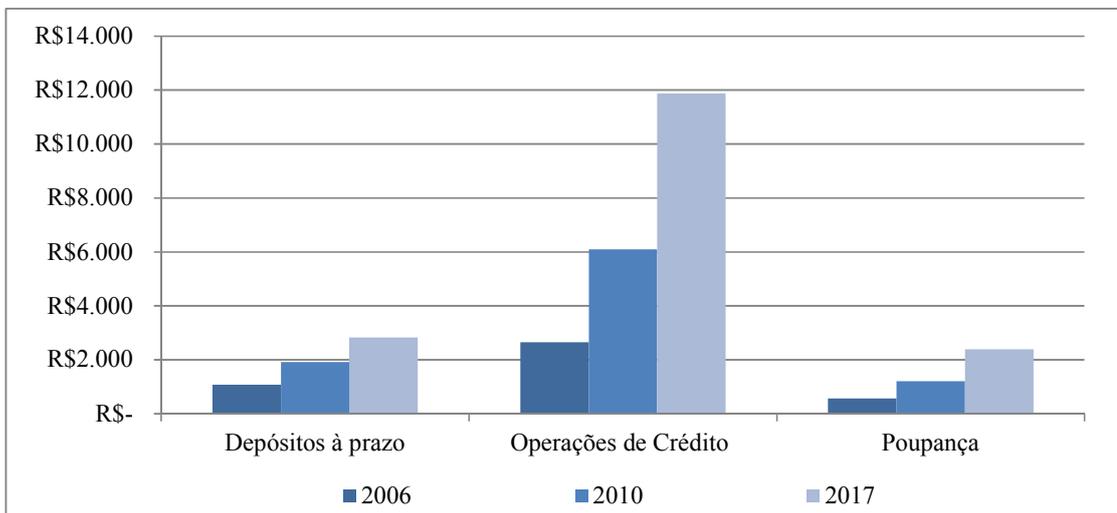
**Gráfico 11** – Evolução dos indicadores financeiros da cidade de Goiânia (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.



**Fonte:** IBGE Cidades, elaboração própria.

No caso da capital goiana, há também, como na capital federal, um aumento significativo nas operações de crédito, entretanto essas acontecem no ano de 2017. Os outros indicadores seguem, por mais que modestamente – se comparado a operações de crédito – uma tendência de crescimento.

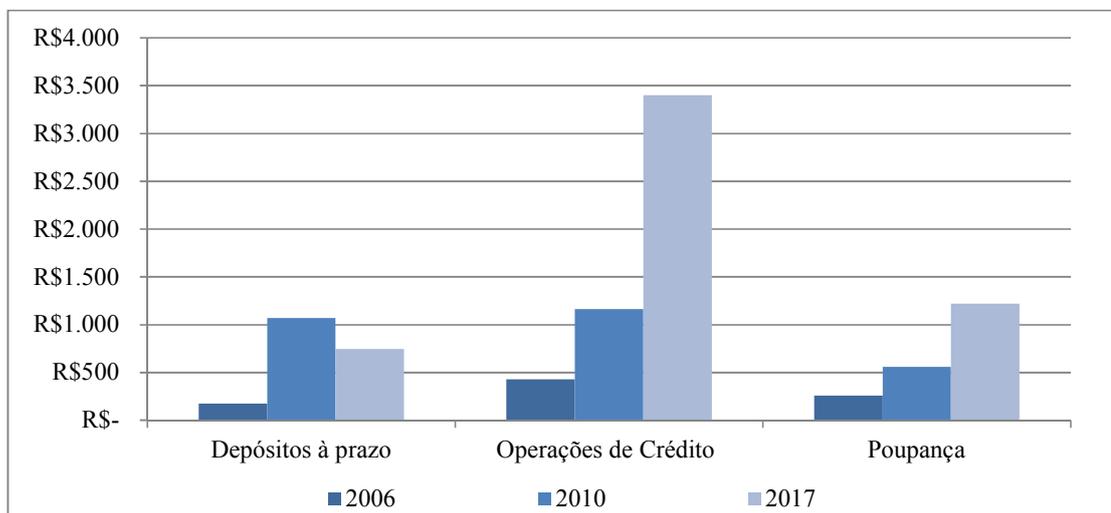
**Gráfico 12** – Evolução dos indicadores financeiros de Uberlândia (MG), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.



**Fonte:** IBGE Cidades, elaboração própria.

O gráfico acima permite vislumbrar que em Uberlândia a dinâmica dos indicadores é semelhante ao caso de Goiânia, apesar de possuir, no entanto, uma alta mais modesta no indicador de operações de crédito.

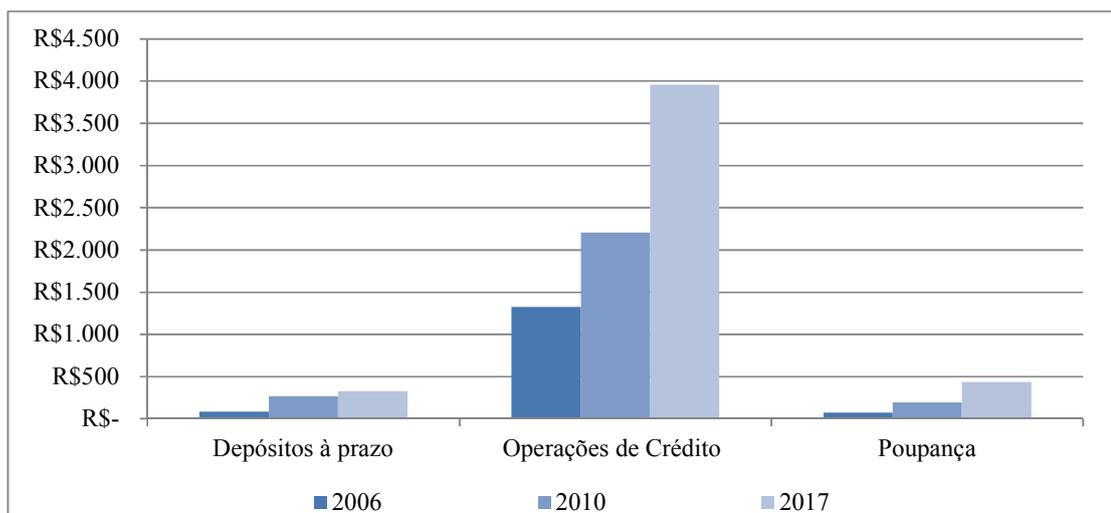
**Gráfico 13** – Evolução dos indicadores financeiros de Anápolis (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.



**Fonte:** IBGE Cidades, elaboração própria.

Apesar do corte nos depósitos a prazo no ano de 2017, Anápolis apresentou notável e significativo aumento nas operações de crédito e poupança, o que pode mitigar a queda no primeiro indicador.

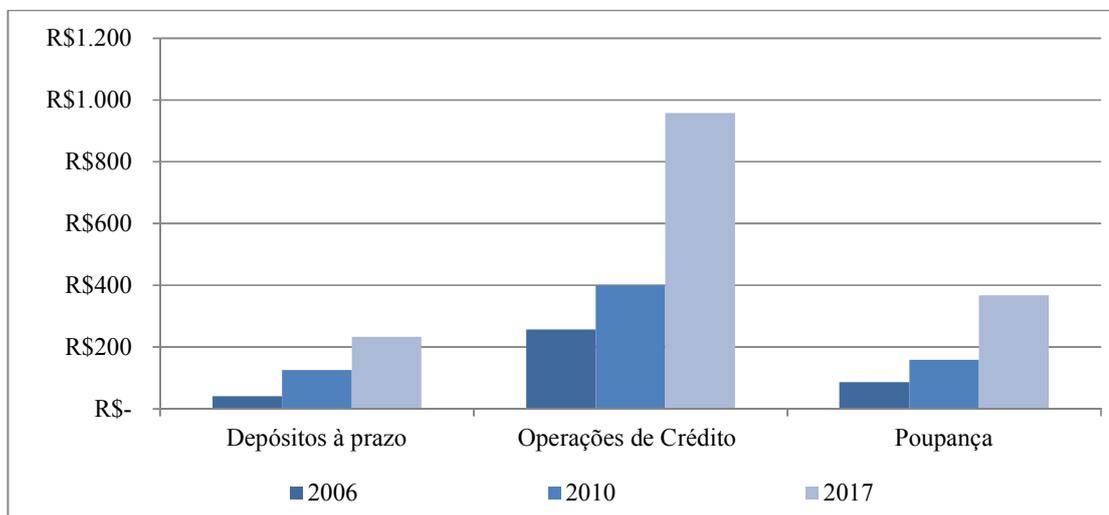
**Gráfico 14** – Evolução dos indicadores financeiros da cidade de Rio Verde (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.



**Fonte:** IBGE Cidades, elaboração própria.

Com dados modestos tanto para poupança quanto para depósitos à prazo, “Operações de Crédito” é o indicador financeiro com maior número para Rio Verde.

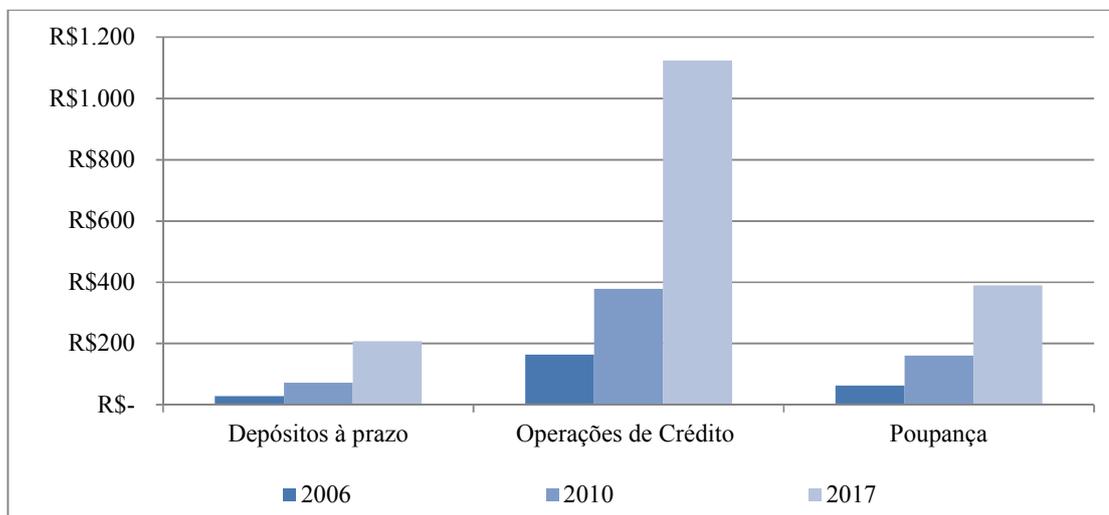
**Gráfico 15** – Evolução dos indicadores financeiros de Itumbiara (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.



**Fonte:** IBGE Cidades, elaboração própria.

No caso de Itumbiara, chama a atenção as operações de crédito, que mais que duplicaram seu valor no ano de 2017, em comparação com período anterior (2010).

**Gráfico 16** – Evolução dos indicadores financeiros de Catalão (GO), a preços correntes, em milhões de reais, para os anos de 2006, 2010 e 2017.



**Fonte:** IBGE Cidades, elaboração própria.

Seguindo a dinâmica dos municípios com contingente populacional inferior à 300 mil habitantes utilizados nesta análise, o montante de depósitos a prazo e poupança em Catalão

são pequenos – se comparado aos outros – entretanto é o município que apresentou maior alavancagem em operações de crédito nesse mesmo ano – crescendo quase 3 vezes o valor do ano de 2010. Assim como no município de Itumbiara, o montante de poupança no município também dobrou em 2017, com relação aos valores de 2010. No entanto, cabe ressaltar que a alavancada na poupança em 2017 é uma tendência nacional, seguindo a recuperação econômica e de renda das famílias, como salienta D’Agosto (2018).

Em suma, nota-se que, independente da cidade analisada, o montante de operações de crédito é sempre o maior e também aquele que mais cresceu. Além disso, para as cidades com maior contingente populacional (Brasília, Goiânia, Uberlândia e Anápolis) os montantes de depósitos à prazo se sobressaem aos de poupança, ocorrendo o inverso naqueles com menos de 300 mil habitantes (Rio Verde, Itumbiara e Catalão).

### 3.1.3. ÍNDICE DE TERCEIRIZAÇÃO

Após a análise acerca da renda gerada e da dinâmica entre os diferentes setores produtivos, resta analisar o nível de terceirização dessas cidades, que será realizado embasado no cálculo do Índice de Terceirização.

Com o Índice de Terceirização (It) pretende-se identificar o nível de terceirização da região em questão, e, com isso, observar o nível de concentração dos fluxos de renda na cidade em análise, pois, de acordo com Guimarães; Faria (2013):

*A desagregação das atividades econômicas em transportáveis e não transportáveis reflete a ideia de heterogeneidade das relações econômicas estabelecendo, portanto, uma relação de atividades básicas e complementares (não básicas). O que se faz neste modelo, em síntese, é dividir as atividades em residenciais, caracterizadas estas por sua baixa ou nenhuma transportatividade, e em atividades exportadoras, com alta transportatividade. Portanto, seriam as atividades residenciais, características do setor terciário da economia, que exerceriam um efeito polarizador sobre a região, e a aglomeração destes tipos de atividades dariam uma indicação da dinâmica regional, pois quanto maior a incidência dessas atividades não transportáveis, maior a concentração dos fluxos de renda que deslocam para este local para sua aquisição. (Guimarães; Faria, p. 7, 2013).*

Na Figura 1 a seguir é possível tomar conhecimento de como é calculado o It:

**Figura 1** - Fórmula para Cálculo do Índice de Terceirização

$$\text{Índice de Terciarização (It)} = \frac{(\text{PIB dos Serviços} + \text{PIB do Comércio})}{(\text{PIB da Indústria} + \text{PIB da Agricultura})}$$

Onde: PIB indica Produto Interno Bruto, neste caso, municipal.

**Fonte:** Guimarães; Faria, p. 8, 2013.

**Tabela 3** – Evolução do Índice de terceirização (It), para as cidades selecionadas, nos anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.

Cidade	Ano			
	2002	2005	2010	2015
Brasília	4,88	4,88	5,61	7,58
Goiânia	2,37	2,36	2,37	3,02
<b>Uberlândia</b>	<b>1,93</b>	<b>2,00</b>	<b>1,25</b>	<b>2,03</b>
Rio Verde	0,84	0,93	1,00	1,48
Anápolis	1,47	1,36	0,84	1,33
<b>Catalão</b>	<b>0,69</b>	<b>0,66</b>	<b>0,57</b>	<b>0,82</b>
Itumbiara	0,50	0,47	0,77	0,72

Elaboração própria. Fonte: SIDRA – IBGE.

Por definição, aqueles municípios que possuem valores de It superiores à um são capazes de reter o fluxo de renda, seja ela aquela gerada dentro dos limites municipais, seja aquela dos municípios vizinhos. Brasília, Goiânia, Uberlândia, Rio Verde e Anápolis, apresentaram valores crescentes e superiores a unidade – sendo que o município rio-verdense alcança esse patamar apenas no último ano (ou seja, em 2015). Infere-se, portanto, que os quatro são retentores da renda gerada em seu território e, eventualmente, naqueles circunvizinhos. Catalão e Itumbiara apresentaram valores inferiores a um (0,82 e 0,72, respectivamente), demonstrando que além de não serem capazes de atrair algum fluxo de renda gerada em outros territórios, há evasão de uma parcela daquela gerada nessas cidades.

Além disso, aliando os resultados do Índice de Terceirização acima obtidos, com os resultados de Valor Agregado Bruto (também já apresentados), tem-se o agravante de que, apesar da significativa geração de renda no setor industrial do município de Catalão (GO), boa parte desta não está retida em seu território.

### 3.2. MERCADO DE TRABALHO

Utilizando os dados da plataforma Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), esta sessão visa analisar a dinâmica de emprego formal tanto a nível nacional quanto nos aglomerados urbanos estudados, de modo geral, comparando-os. Ademais, com intuito de analisar a dinâmica de empregos na atividade industrial usar-se-á o cálculo para o índice Quociente de Localização.

À princípio, utilizando os dados para os vínculos ativos em 31/12 de cada ano, que, segundo deve-se usar a desagregação feita pelo IBGE, pois:

*Para a análise locacional dos setores produtivos utiliza-se a desagregação dos subsetores de atividade econômica do IBGE: EXTR MINERAL - Extrativa mineral; MIN NAO MET - Indústria de produtos minerais não metálicos; IND METALURG - Indústria metalúrgica; IND MECANICA - Indústria mecânica; ELET E COMUN - Indústria do material elétrico e de comunicações; MAT TRANSP - Indústria do material de transporte; MAD E MOBIL - Indústria da madeira e do mobiliário; PAPEL E GRAF - Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; BOR FUM COUR - Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversas; IND QUIMICA - Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; IND TEXTIL - Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; IND CALCADOS - Indústria de calçados; ALIM E BEB - Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; SER UTIL PUB - Serviços industriais de utilidade pública; CONSTR CIVIL - Construção civil; COM VAREJ - Comércio varejista; COMATACAD - Comércio atacadista; INST FINANC - Instituições de crédito, seguros e capitalização; ADM TEC PROF - Com e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico; TRAN E COMUN - Transportes e comunicações; ALOJ COMUNIC - Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; MED ODON VET - Serviços médicos, odontológicos e veterinários; ENSINO - Ensino; ADM PUBLICA - Administração pública direta e autárquica; AGRICULTURA - Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal. (Scherer; Moraes, p. 8 e 9, 2012)*

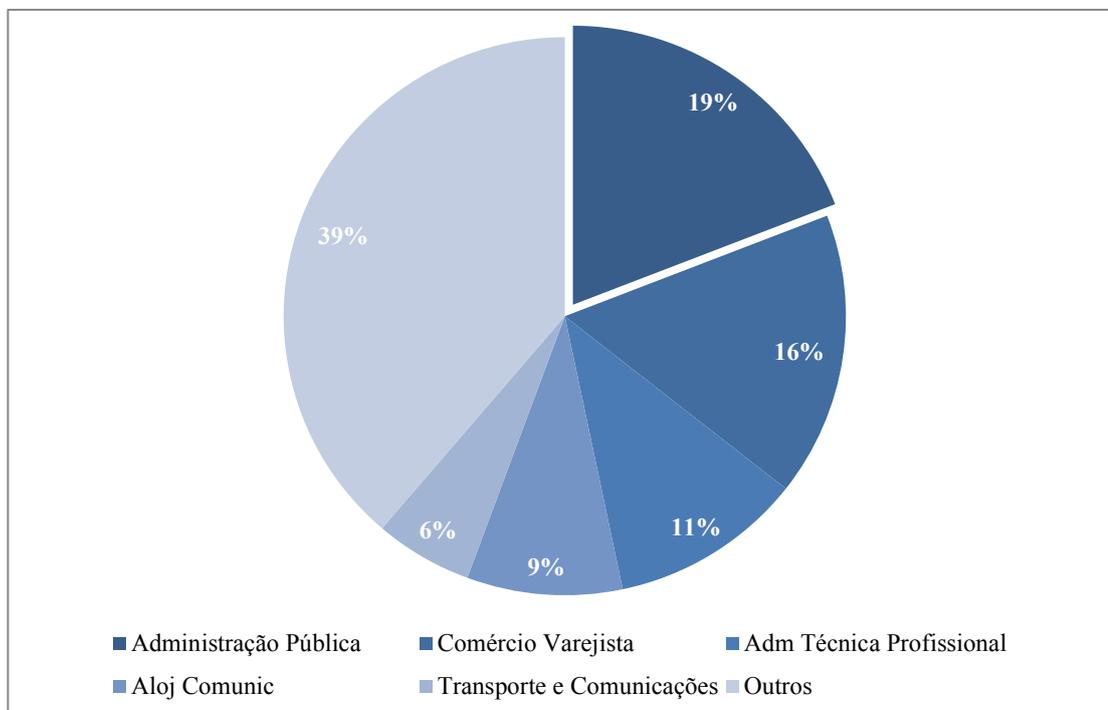
Sendo assim, *à priori* realizou-se a classificação dos cinco principais postos de trabalho nos municípios – o *TOP 5*<sup>4</sup>, embasado nos dados de 2015. *Ex-post*, são apresentados também a evolução destes setores no período de 2002, 2005, 2010 e 2015 comparando os resultados para aglomerado, cidade principal e Brasil.

---

<sup>4</sup> - Por “top 5” denominam-se os cinco principais setores empregadores de cada Aglomerado analisado.

A nível Brasil os cinco principais setores, em 2015, foram, em ordem decrescente: Administração Pública, Comércio Varejista, Administração Técnica Profissional, Transporte e Comunicações e Aloj & Comunicação.

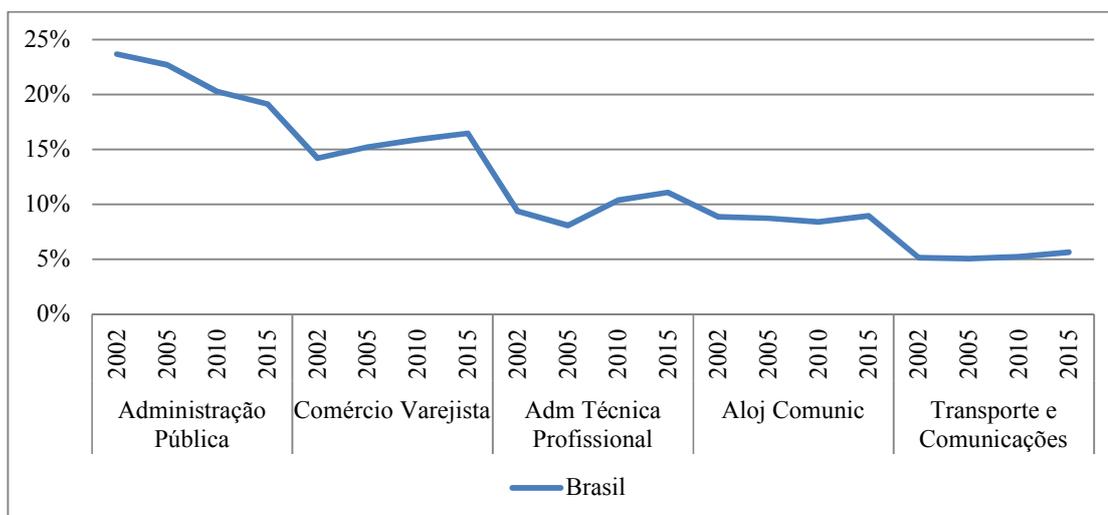
**Gráfico 17** – Cinco principais setores empregadores no Brasil, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

No gráfico abaixo pode-se visualizar como esses setores se comportaram nos anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. O que nos permite inferir ainda que o setor que mais emprega no país – Administração Pública – sofreu constante queda no nível de postos de trabalho. Em contrapartida o segundo maior empregador manteve-se em tendência ascendente.

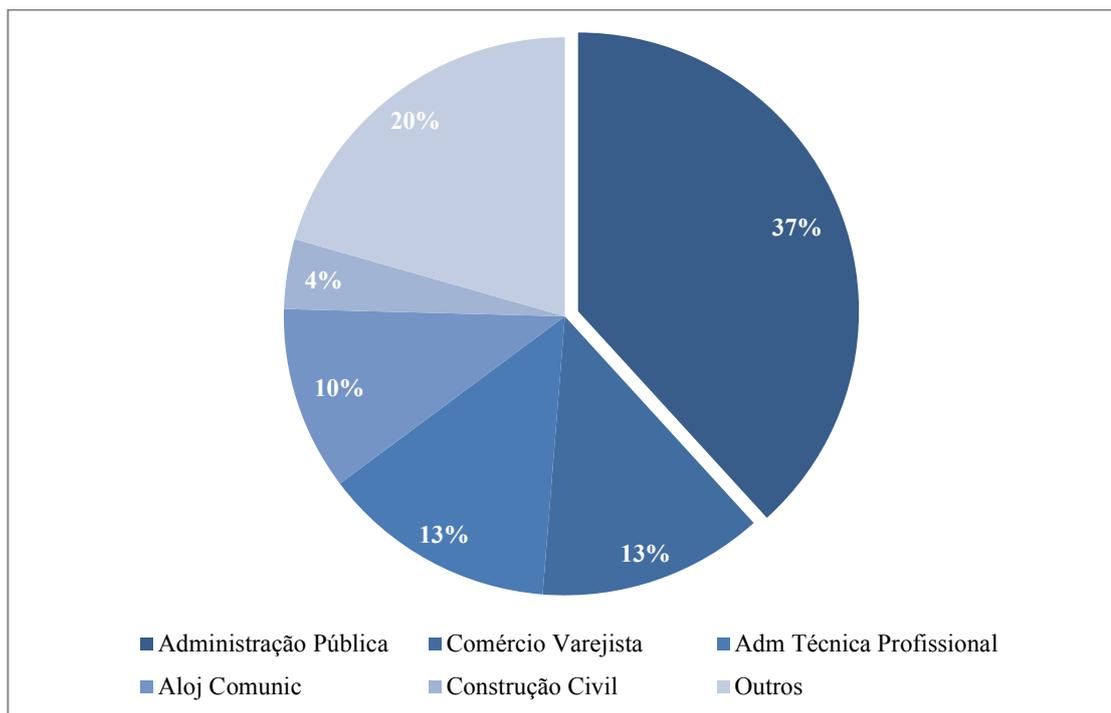
**Gráfico 18** – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Partindo para análise de postos de trabalho no Aglomerado Urbano da capital federal tem-se que os principais setores foram Administração Pública, Comércio Varejista, Administração Técnica Profissional, Aloj & Comunicação e Construção Civil, nesta ordem de importância. Destaca-se a ampla participação do setor de Administração civil (com 40% dos postos de trabalhos) por ser Brasília central das decisões políticas do país.

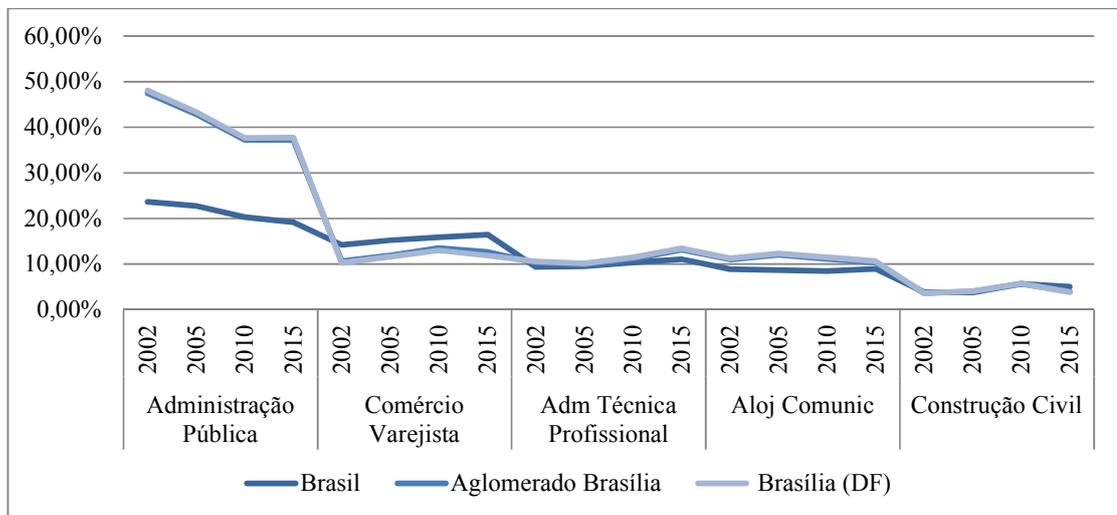
**Gráfico 19** – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Brasília, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

No gráfico 20 tem-se a evolução das atividades acima citadas, demonstrando a evolução de sua participação ao longo do período analisado. Como resultado, pode-se notar que o comportamento do Aglomerado é semelhante ao comportamento da cidade de Brasília, de modo que é ela quem possui nível mais significativo de postos de trabalho dentre as demais cidades. Além disso, nota-se que no setor de administração pública, os valores para o agregados estão bem acima da média nacional e também sofrem uma queda no ano de 2015, com relação ao dado de 2015.

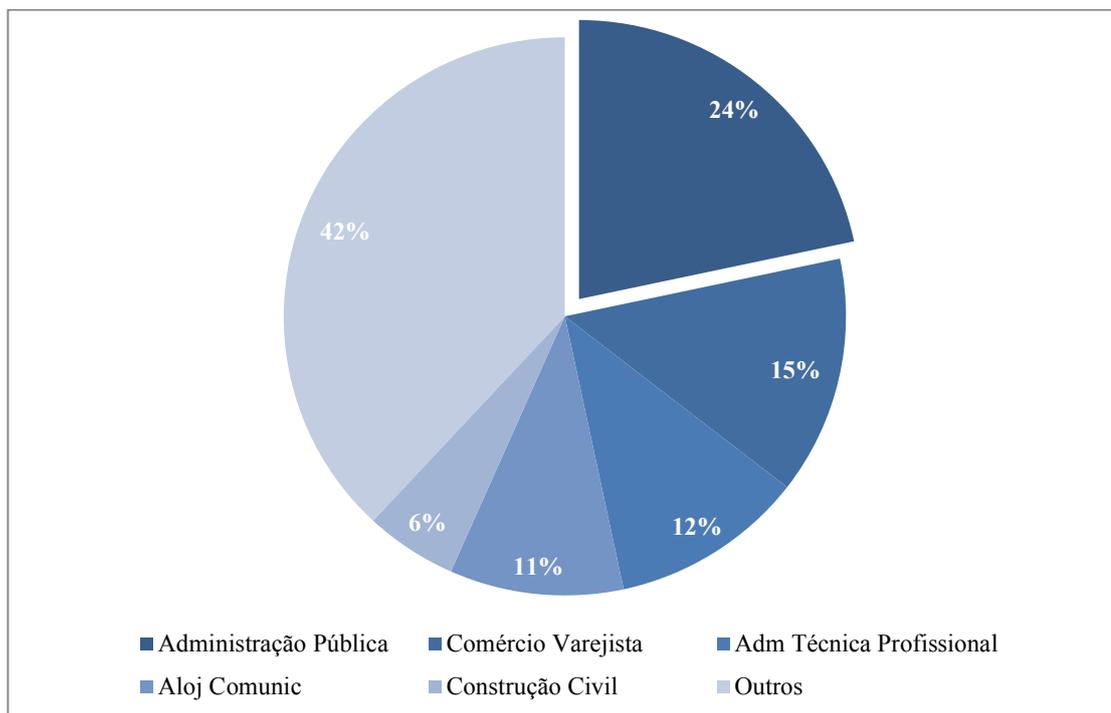
**Gráfico 20** – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Brasília para a capital federal, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Os dados para o aglomerado da capital Goiana mostram que os principais setores de emprego formal são Administração Pública, Comércio Varejista, Administração Técnica Profissional, Aloj & Comunicação e Construção Civil, em ordem decrescente de valores. Sendo também central de decisões políticas do estado, assim como no caso de Brasília, o setor de administração pública se destaca, ainda que com valores inferiores ao do caso da capital federal.

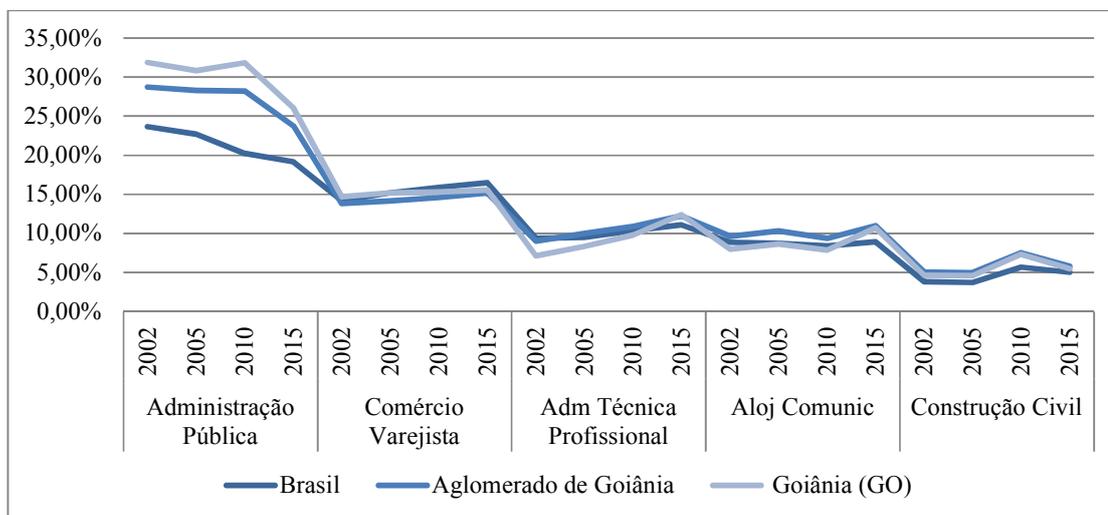
**Gráfico 21** – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Goiânia, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Analisando o gráfico 22, tem-se o contraste dessas atividades para o aglomerado, para Goiânia e a nível nacional. O comportamento de todas as variáveis foi semelhante, entretanto, ao contrário do caso de Brasília, os postos de trabalho na Administração pública de Goiânia, em particular aos do Aglomerado, apresentaram comportamento distinto, sendo que no primeiro caso apresentaram uma queda no ano de 2005 em relação ao período anterior mas voltam a ascender no período de 2010 e, seguindo a tendência nacional, volta a cair em 2015. No segundo caso, tem-se um comportamento quase constante da variável que só cai em 2015, seguindo os padrões do país.

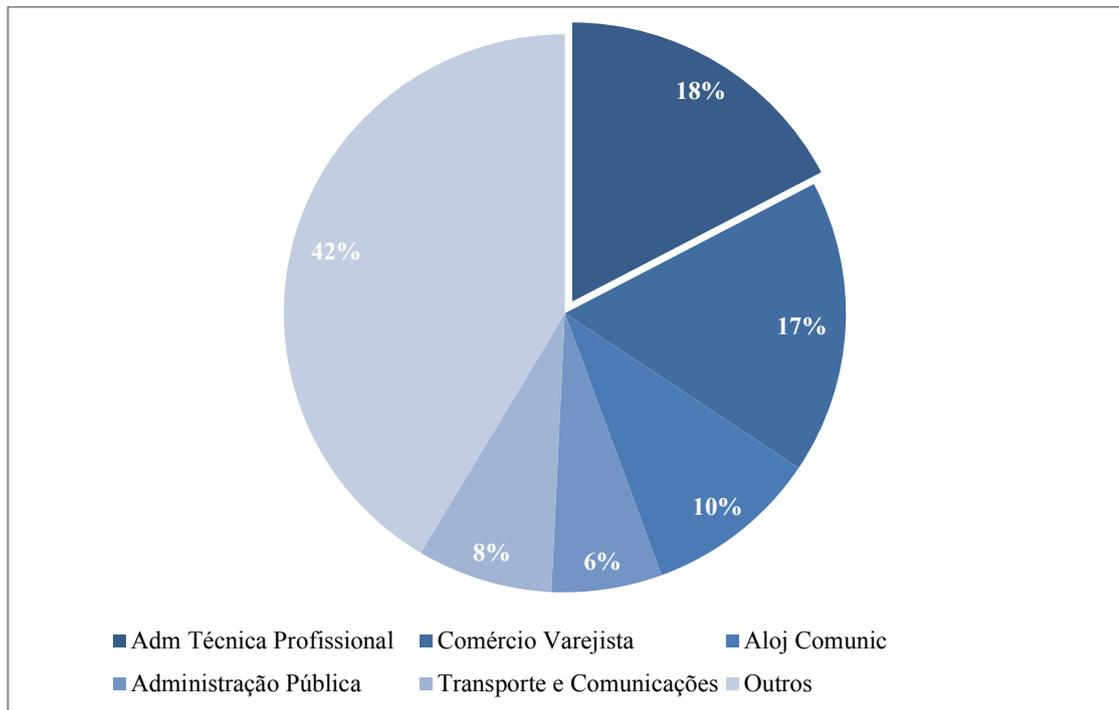
**Gráfico 22** – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Goiânia para a capital estadual, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Para os principais setores empregadores do aglomerado de Uberlândia, tem-se que são, em ordem de importância, Comércio Varejista, Administração Técnica Profissional, Aloj & Comunicação, Administração Pública e Transporte & Comunicação.

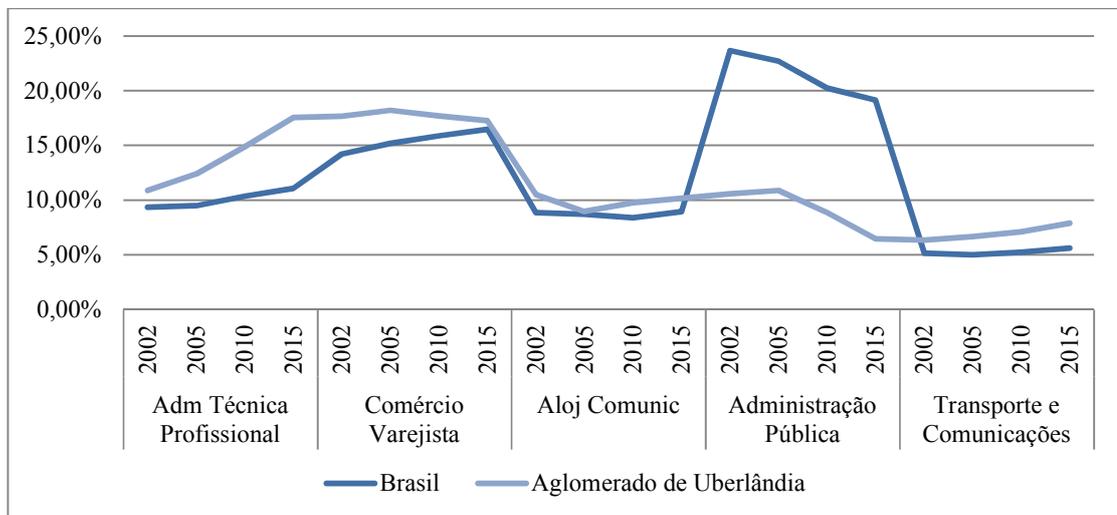
**Gráfico 23** – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Uberlândia, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Com respeito à evolução do emprego nesses setores, cabe ressaltar que exceto o setor de Administração pública, todas as outras atividades possuem valores superiores ao da média nacional, o que pode ser visualizado com mais clareza no gráfico 24 (a seguir).

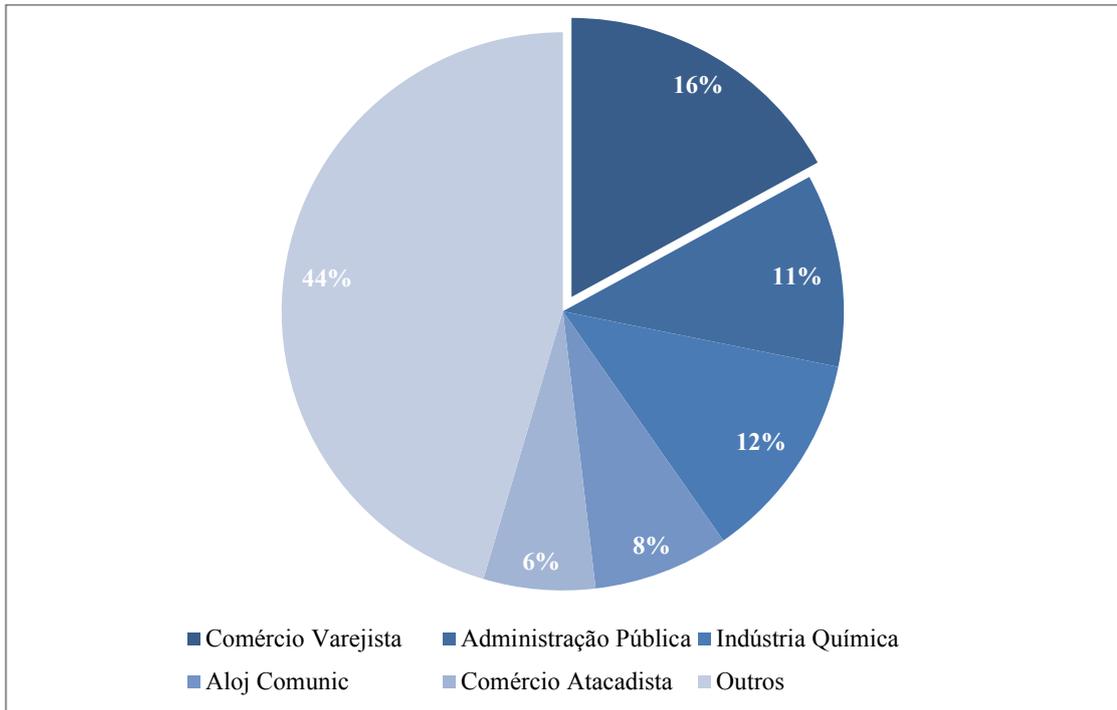
**Gráfico 24** – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Uberlândia, para o aglomerado e Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Quarto maior contingente populacional na amostra neste trabalho estudada, no aglomerado de Anápolis os setores que mais se destacam são: Comércio Varejista, Administração Pública, Indústria Química, Aloj & Comunicação e Comércio Atacadista.

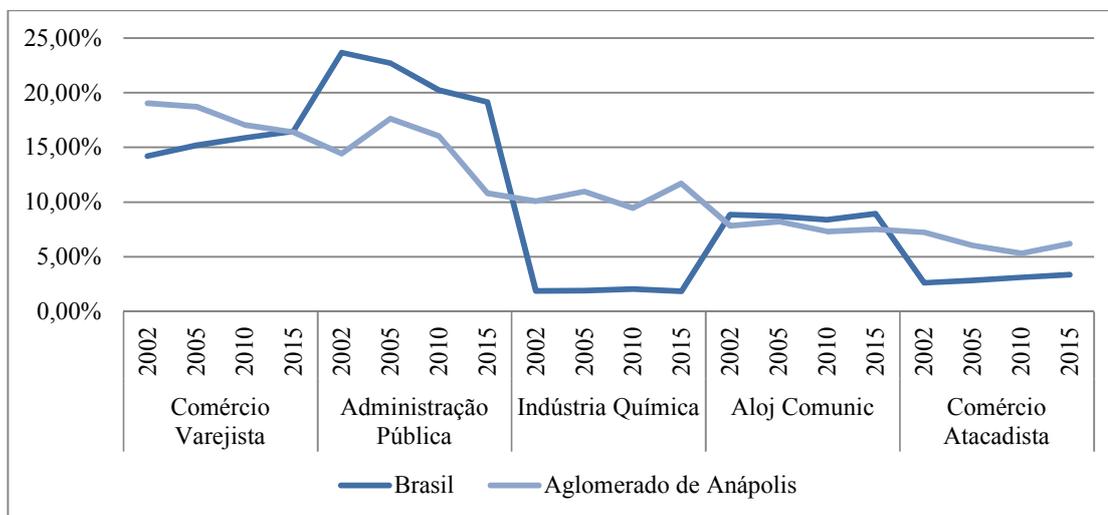
**Gráfico 25** – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Anápolis, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Exceto para os setores de Aloj & Comunicação e Administração Pública, nos demais a participação nos postos de trabalho são superiores ao da média nacional. Como mostra o gráfico abaixo.

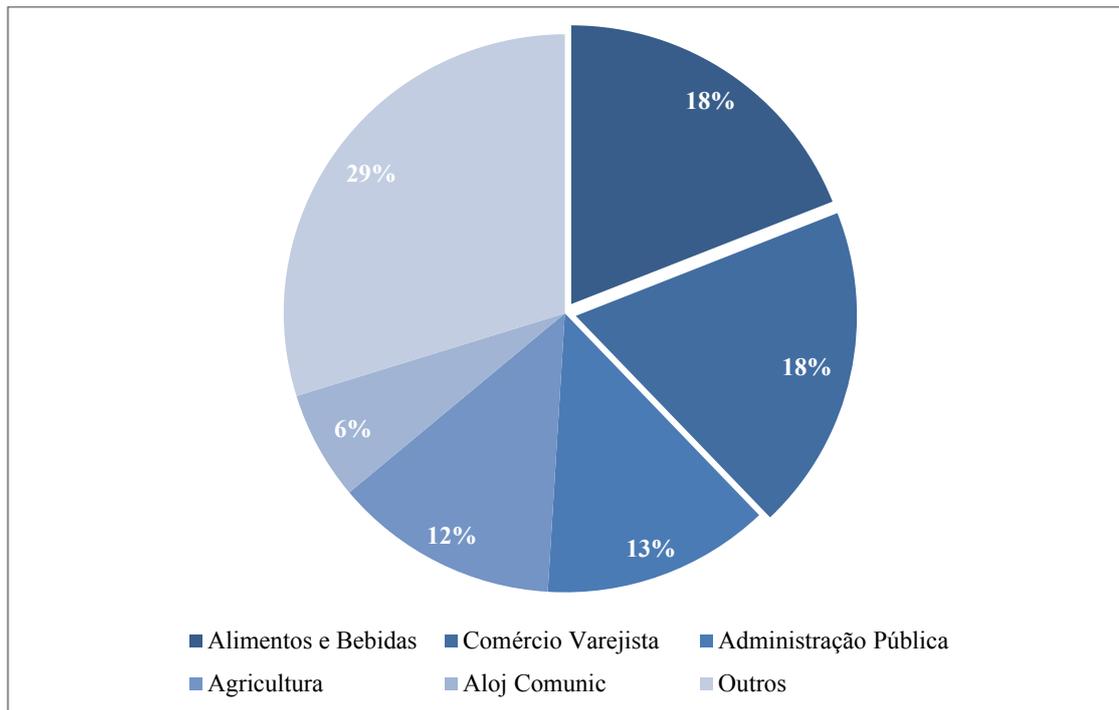
**Gráfico 26** – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Anápolis, para o aglomerado e Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Como principal atividade empregatícia do Aglomerado de Rio Verde temos o setor de Alimentos & Bebidas, seguido por Comércio Varejista, Administração Pública, Agricultura e Aloj & Comunicação.

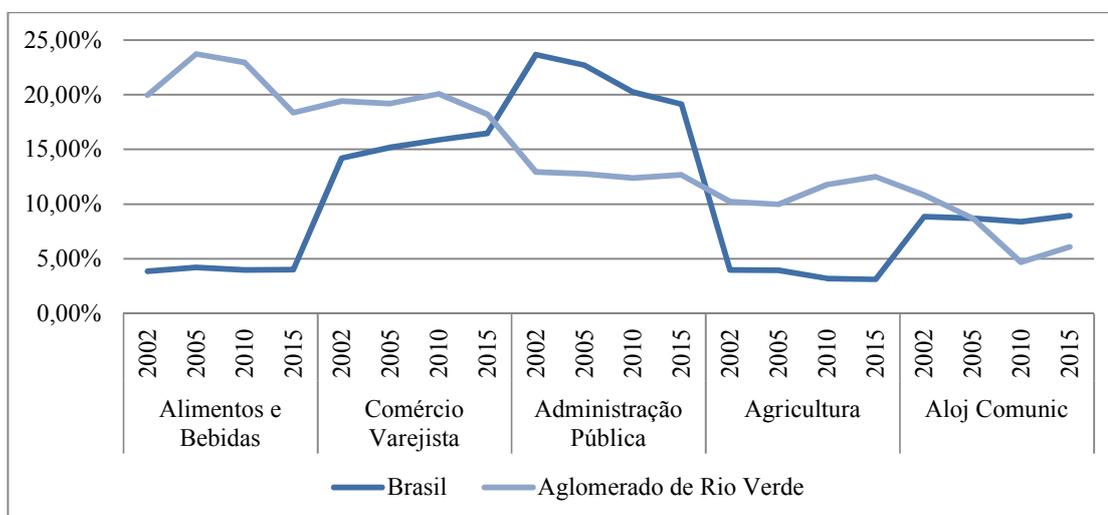
**Gráfico 27** – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Rio Verde, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Nos setores de Alimento & Bebidas e de Agricultura nota-se uma participação bem superior à média nacional, de modo que seu comportamento ao longo do período também se distingue ao nacional. No primeiro, enquanto nacionalmente os valores são praticamente constantes, em Rio Verde há uma tendência de ascensão que é rompida logo no ano de 2005, mantendo-se para os demais. Já na Agricultura, enquanto no quadro brasileiro acontecia uma queda do índice, no aglomerado rio-verdense iniciava-se uma tendência de aumento. Além disso, a média brasileira para o setor de Administração Pública é exponencialmente superior em comparação ao aglomerado.

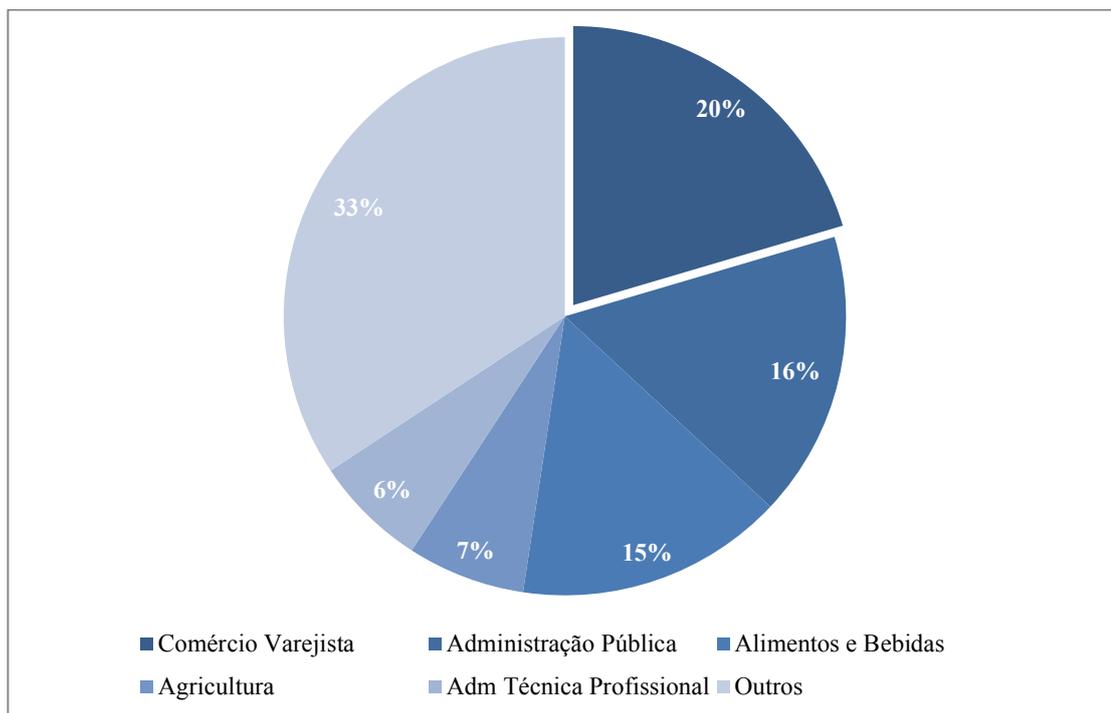
**Gráfico 28 - Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Rio Verde, para o aglomerado e Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.**



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Para o aglomerado de Itumbiara no quesito postos de trabalho o setor de maior importância é o de Comércio Varejista, seguido pelos setores de Administração Pública, Alimentos & Bebidas, Agricultura e Administração Técnica Profissional.

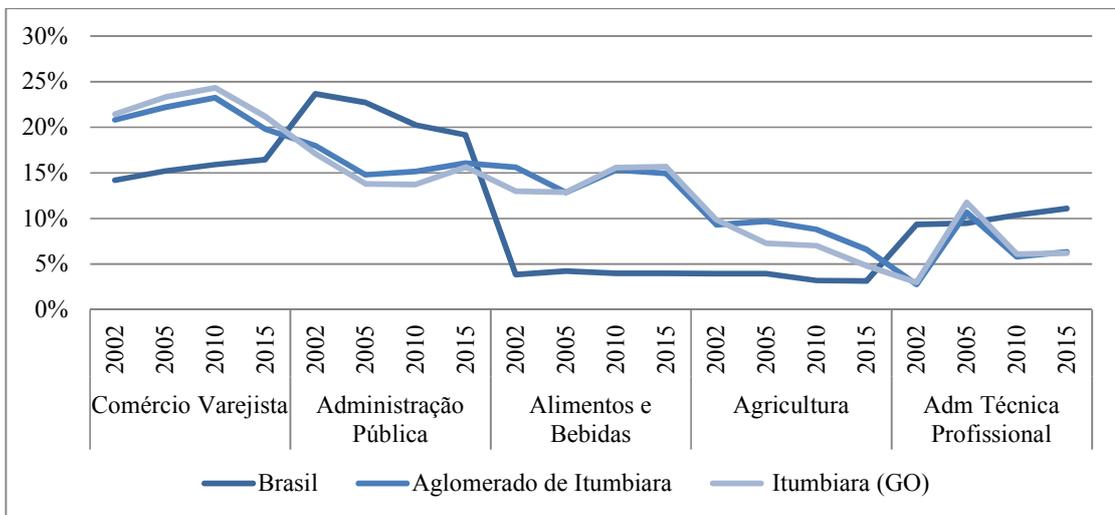
**Gráfico 29** – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Itumbiara, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Principal cidade do aglomerado, o ritmo do emprego em Itumbiara (GO) é o que dita os rumos dos postos de trabalho em tal, sendo que o comportamento de evolução do índice é semelhante nos dois. Nota-se nos setores de Alimentos & Bebidas, Comércio Varejista e Agricultura valores superiores à média nacional, apesar do comportamento de tais serem semelhantes ao observado no Brasil.

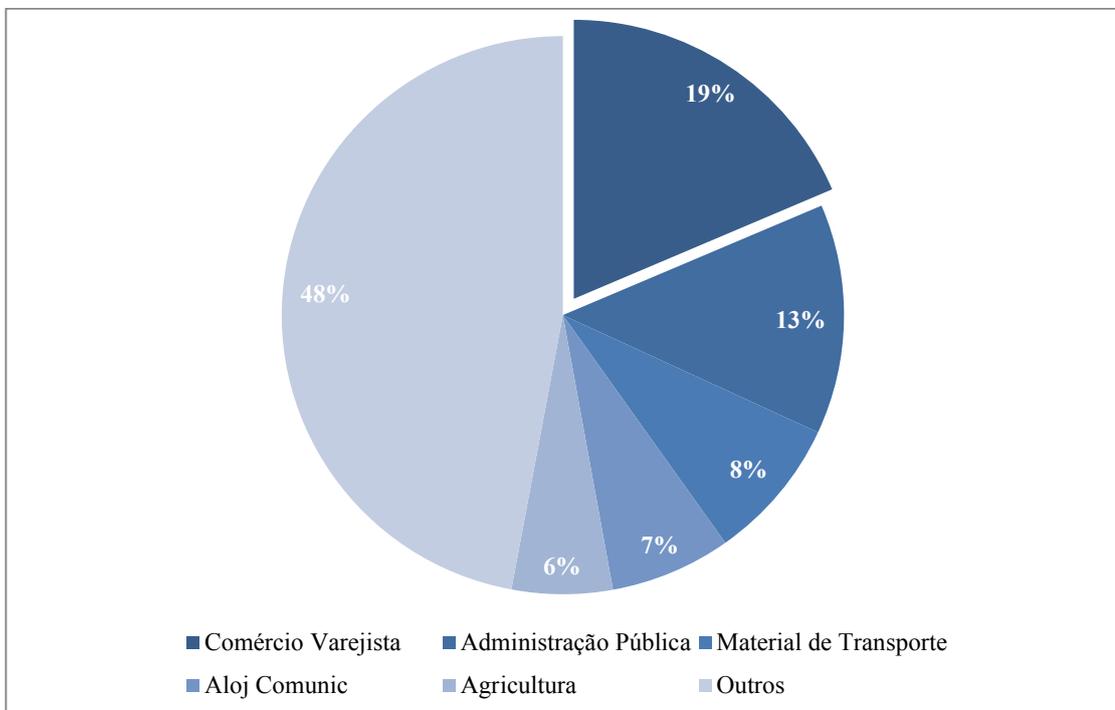
**Gráfico 30** – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Itumbiara para o município, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Por fim, temos que no aglomerado de Catalão as principais atividades são Comércio Varejista, Administração Pública, Material de Transporte, Aloj & Comunicação e Agricultura.

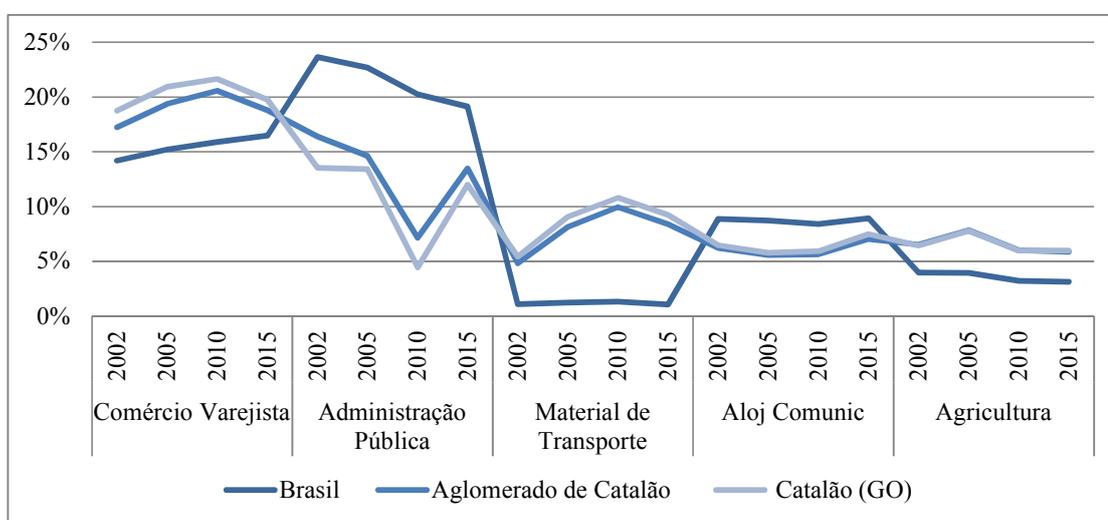
**Gráfico 31** – Cinco principais setores empregadores no Aglomerado de Catalão, no ano de 2015.



**Fonte:** RAIS, elaboração própria.

Como fonte de empregos não só do próprio município, como também principal cabeceira de postos de trabalho do seu entorno – que funcionam como “cidades dormitório” para alguns trabalhadores atuantes em Catalão – o município catalano é quem dita as variações dos postos de trabalho analisados no gráfico acima – exceto para a esfera nacional. Sendo significativo na atividade de Material de Transporte – acima da média nacional e também o único dentre os agregados analisados neste trabalho a apresentar importância em tal – Catalão fica distante da média nacional apenas no setor de Administração Pública.

**Gráfico 32** – Evolução dos postos de trabalho nos cinco principais setores empregatícios do Aglomerado de Catalão para o município, seu aglomerado e no Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.



Fonte: RAIS, elaboração própria.

No geral, os aglomerados analisados seguem o padrão nacional com expressiva participação dos setores de administração pública – por mais que os valores para cada caso analisado sejam diferentes, ainda assim aparece no top 5 dos postos de trabalhos de todos, sendo maior nos municípios capitais (Brasília e Goiânia) – Comércio Varejista e Aloj & Comunicação, sendo que o ultimo só não aparece entre os cinco principais no caso de Anápolis. Pode-se inferir, levando em consideração as atividades que se repetem na análise – destacadas acima – é que a característica que prevalece na amostra (e no Brasil) são postos de trabalho oriundos da administração pública e aqueles de menor qualificação profissional.

Excepcionalmente, no caso de Catalão, aparece o setor de Materiais de Transporte, que engloba indústrias do setor de transportes como fabricação e montagem de veículos e também autopeças, demonstrando que as montadoras de veículos (Mitsubishi e John Deere, instaladas

em 1998 e 1999, respectivamente) possuem significativa importância na criação de empregos no Aglomerado.

Por fim, é possível notar um padrão nas atividades dos grandes centros urbanos (Brasília, Goiânia, Uberlândia e Anápolis) em contraste com os outros três demais. Nos primeiros, fica evidente a maior utilização de mão-de-obra qualificada por meio do número de postos de trabalho criados pelo setor de Administração Técnica Profissional e de Indústria Química (apenas em Anápolis, Polo Farmacêutico). Em contraposição, tem importância em Rio Verde, Itumbiara e Catalão, setores como Alimentos & Bebidas e Agricultura – de baixo uso em mão-de-obra qualificada.

### **3.2.1. QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO**

Segundo Monastério (2012), o Quociente de Localização (QL) é um indicador de especialização regional – ou seja, sua função é medir a preponderância de determinada atividade na região em análise – de modo que quanto mais próximo a zero, menor o nível de especialização da região (o que a torna passível de importar esse bem) e quando seus valores são superiores à 1, maior a especialização (potencializando-a como exportadora do bem). Porém, é necessário fazer algumas ressalvas quanto ao QL, em casos onde uma região é mais intensiva tecnologicamente que as outras, pode-se incorrer em erros no QL ao sugerir que seria ela exportadora desse bem; Da mesma forma, em casos de padrões sensíveis na demanda local, o valor do índice pode ser superior a 1, mesmo a região sendo importadora. Por fim, o autor também destaca que este quociente é frágil ao nível de análise e ao grau de detalhamento setorial. Na figura 2 a seguir têm-se como é feito e quais variáveis são utilizadas no seu cálculo.

**Figura 2** – Fórmula e indicadores utilizados no cálculo do Quociente Locacional.

$E_{ki}$  = emprego no setor  $k$  na região  $i$ ;  
 $E_i$  = emprego na região  $i$ ;  
 $E_k$  = emprego no setor  $k$ ;  
 $E$  = emprego em todo o país;  
O quociente locacional é calculado da seguinte forma:

$$QL_{ki} = \frac{\frac{E_{ki}}{E_i}}{\frac{E_k}{E}}$$

**Fonte:** Cruz, p. 318, 2011.

Para o cálculo foram coletados dados de vínculos ativos, disponíveis na plataforma RAIS, separados pelos oito principais setores geradores de emprego e que são classificados segundo metodologia do IBGE; sendo eles: Extrativa mineral, Indústria de transformação, Serviços industriais de utilidade pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Foram somados aqueles referentes à indústria (ou seja, indústria de transformação e serviços industriais de utilidade pública) para o cálculo do QL industrial, sendo feito para cada uma das sete cidades estudadas, tanto com relação ao país quanto na relação entre o somatório das sete cidades. Os resultados constam nas tabelas 4 e 5 a seguir, organizados em ordem decrescente.

**Tabela 4** – Evolução do Quociente Locacional industrial para as cidades selecionadas, usando como referência o Brasil, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.

Cidade	Ano			
	2002	2005	2010	2015
Anápolis	1,28	1,32	1,45	1,76
Itumbiara	1,34	1,06	1,32	1,64
<b>Catalão</b>	<b>1,29</b>	<b>1,43</b>	<b>1,77</b>	<b>1,52</b>
Rio Verde	1,27	1,48	1,54	1,46
Goiânia	0,71	0,69	0,67	0,76
<b>Uberlândia</b>	<b>0,89</b>	<b>0,83</b>	<b>0,85</b>	<b>0,68</b>
Brasília	0,19	0,22	0,22	0,24

Elaboração própria. Fonte: MTE – RAIS.

Classificando os municípios em mais especializados e menos especializados, tem-se Anápolis como o mais especializado e Brasília, o menos. Refletindo a dinâmica de empregos nessas cidades, tem-se que aquelas que são capitais e, portanto, possuem grande contingente de postos de trabalho no setor de administração pública, o setor industrial possui menor representatividade em relação às demais. Anápolis, polo farmacêutico se destaca entre todas. As cidades de Itumbiara, Catalão e Rio Verde completam o topo da tabela, demonstrando que o emprego criado no setor industrial dessas cidades é relativamente mais significativo. Sendo verdadeira também de que aquela localidade com QL acima da unidade é exportador da atividade em questão.

Assim como vem sendo mostrado no decorrer da sessão 3 como um todo, nos dados referentes ao ano de 2015, em Catalão, tem-se uma queda com relação à 2010. Relacionando agora todos eles, pode-se inferir que houve, no período, uma retração significativa no setor industrial, levando à uma queda nos postos de trabalho – representados pela retração no setor de Materiais de Transporte, retração no Valor Agregado Bruto da Indústria – consequentemente, a uma queda no Produto Interno Bruto municipal e de sua participação no PIB brasileiro.

No município de Uberlândia também nota-se uma tendência baixista no Quociente Locacional (que cai de 0,85 em 2010 para 0,68 em 2015). Entretanto, como demonstrado no “top 5” dos postos de trabalho em Uberlândia (MG), a atividade industrial não se destaca, sendo que boa parte do PIB municipal é resultante do setor de Comércio e Serviços, como demonstrado no VAB do município.

O intuito da tabela 5 abaixo é de demonstrar como comporta o setor industrial entre os sete municípios que compõem nossa amostra. Pretendendo ainda, mostrar quais são aquelas com maior peso da atividade industrial comparando-as entre si – em português mais claro e objetivo, pretende-se identificar em quais dos sete concentra-se a atividade industrial.

**Tabela 5** – Evolução do Quociente Locacional industrial para as cidades selecionadas, usando como referência o somatório das sete cidades selecionadas, para os anos de 2002, 2005, 2010 e 2015.

Cidade	Ano			
	2002	2005	2010	2015
Anápolis	2,71	2,68	2,81	3,18
Itumbiara	2,83	2,15	2,56	2,97
<b>Catalão</b>	<b>2,74</b>	<b>2,91</b>	<b>3,42</b>	<b>2,74</b>
Rio Verde	2,70	3,02	2,98	2,63
Goiânia	1,50	1,40	1,30	1,37
<b>Uberlândia</b>	<b>1,88</b>	<b>1,68</b>	<b>1,65</b>	<b>1,24</b>
Brasília	0,41	0,45	0,43	0,43

Elaboração própria. Fonte: SIDRA – IBGE.

Nota-se que, quando olhamos para dentro da amostra, as cidades de Anápolis, Itumbiara, Catalão e Rio Verde possuem expressiva representação no setor industrial.

### 3.3. DEMOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Buscando acrescentar à análise o desenvolvimento demográfico, nesta sessão serão apresentados os dados de evolução do contingente populacional, urbanização e da faixa populacional considerada passível de atuar no mercado de trabalho (de 14 a 65 anos).

Utilizando os dados do censo de 1970 à 2010, coletados da plataforma SIDRA - IBGE, na tabela 6 abaixo estão presentes os dados de população total nos dois extremos do período (1970 e 2010), organizados por ordem decrescente, para o Brasil, os agregados e os municípios que os compõem.

**Tabela 6 – População Total Residente no país e nos municípios e agregados selecionados - 1970 e 2010.**<sup>5</sup>

País/Aglomerados/Municípios	Ano	
	1970	2010
<b>Brasil</b>	<b>93134846</b>	<b>190755799</b>
<b>Aglomerado Brasília</b>	<b>587652</b>	<b>3360552</b>
Águas Lindas de Goiás (GO)	-	159378
Brasília (DF)	537492	2570160
Cidade Ocidental (GO)	-	55915
Luziânia (GO)	32807	174531
Novo Gama (GO)	-	95018
Padre Bernardo (GO)	8381	27671
Planaltina (GO)	8972	81649
Santo Antônio do Descoberto (GO)	-	63248
Valparaíso de Goiás (GO)	-	132982
<b>Aglomerado de Goiânia</b>	<b>453119</b>	<b>2078399</b>
Abadia de Goiás (GO)	-	6876
Aparecida de Goiânia (GO)	7470	455657
Aragoiânia (GO)	2848	8365
Bonfinópolis (GO)	-	7536
Brazabrantes (GO)	3132	3232
Caldazinha (GO)	-	3325
Goiânia (GO)	380773	1302001
Goianira (GO)	6091	34060
Guapó (GO)	8804	13976
Hidrolândia (GO)	8014	17398
Nerópolis (GO)	7735	24210
Nova Veneza (GO)	5733	8129
Santo Antônio de Goiás (GO)	-	4703
Senador Canedo (GO)	-	84443
Trindade (GO)	22519	104488
<b>Aglomerado de Uberlândia</b>	<b>124706</b>	<b>604013</b>
Uberlândia (MG)	124706	604013
<b>Aglomerado de Anápolis</b>	<b>105029</b>	<b>334613</b>
Anápolis (GO)	105029	334613
<b>Aglomerado de Rio Verde</b>	<b>55697</b>	<b>176424</b>
Rio Verde (GO)	55697	176424
<b>Aglomerado de Catalão</b>	<b>40547</b>	<b>100198</b>
Catalão (GO)	27338	86647
Goianira (GO)	6033	5265
Ouvidor (GO)	3928	5467
Três Ranchos (GO)	3248	2819
<b>Aglomerado de Itumbiara</b>	<b>64162</b>	<b>99027</b>
Araporã (MG)	-	6144
Itumbiara (GO)	64162	92883

Elaboração própria. Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970 à 2010.

<sup>5</sup> Para algumas cidades, no ano de 1970, os dados na tabela estão vazios, pois não há informações para as mesmas nos censos.

É interessante notar, na tabela acima, o extraordinário crescimento populacional que se teve, como um todo, de 1970 à 2010, entretanto esse crescimento poderá (e será) analisado com mais riqueza em detalhes na tabela 9 que vem pra demonstrar o percentual de crescimento, ano a ano por meio da Taxa média geométrica de crescimento anual da população (TC).

As próximas duas tabelas que se seguem (7 e 8) nada mais são que o desmembramento da população total em população urbana e por faixa etária – sendo essa especificamente, do contingente populacional com idade entre 14 e 65 anos.

**Tabela 7** – População urbana no total: no país, nos municípios e aglomerados selecionados - 1970 a 2010 (em %).

País/Aglomerado/Município	Ano				
	1970	1980	1990	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>55,9</b>	<b>67,6</b>	<b>75,6</b>	<b>81,2</b>	<b>84,4</b>
<b>Aglomerado Brasília</b>	<b>89,8</b>	<b>94,6</b>	<b>93,9</b>	<b>95,4</b>	<b>95,8</b>
Águas Lindas de Goiás (GO)	-	-	-	99,8	99,8
Brasília (DF)	96,0	96,8	94,7	95,6	96,5
Cidade Ocidental (GO)	-	-	-	85,4	78,1
Luziânia (GO)	29,3	81,9	93,6	92,3	93,3
Novo Gama (GO)	-	-	-	98,2	98,9
Padre Bernardo (GO)	21,1	45,6	56,4	61,7	39,0
Planaltina (GO)	6,5	57,3	93,3	95,1	95,0
Santo Antônio do Descoberto (GO)	-	-	80,6	93,3	89,8
Valparaíso de Goiás (GO)	-	-	-	100,0	100,0
<b>Aglomerado de Goiânia</b>	<b>86,8</b>	<b>92,3</b>	<b>95,9</b>	<b>97,9</b>	<b>98,5</b>
Abadia de Goiás (GO)	-	-	-	60,5	73,9
Aparecida de Goiânia (GO)	11,8	48,6	98,4	99,7	99,9
Aragoiânia (GO)	33,0	49,6	57,7	66,3	66,1
Bonfinópolis (GO)	-	-	82,5	91,7	93,2
Brazabrantes (GO)	20,0	31,5	54,5	62,2	67,1
Caldazinha (GO)	-	-	-	41,8	57,7
Goiânia (GO)	95,3	98,1	99,1	99,3	99,6
Goianira (GO)	24,6	63,0	78,6	96,5	98,2
Guaporé (GO)	40,5	53,4	70,0	70,8	81,1
Hidrolândia (GO)	26,4	39,7	45,5	59,9	60,2
Nerópolis (GO)	54,9	75,8	87,1	92,9	95,9
Nova Veneza (GO)	47,0	61,1	73,1	83,5	86,4
Santo Antônio de Goiás (GO)	-	-	-	82,5	90,8
Senador Canedo (GO)	-	-	36,6	95,0	99,8
Trindade (GO)	61,1	73,1	90,5	96,0	95,8
<b>Aglomerado de Uberlândia</b>	<b>89,4</b>	<b>96,1</b>	<b>97,6</b>	<b>97,6</b>	<b>97,2</b>
Uberlândia (MG)	89,4	96,1	97,6	97,6	97,2
<b>Aglomerado de Anápolis</b>	<b>86,4</b>	<b>90,6</b>	<b>94,8</b>	<b>97,3</b>	<b>98,2</b>
Anápolis (GO)	86,4	90,6	94,8	97,3	98,2
<b>Aglomerado de Rio Verde</b>	<b>48,3</b>	<b>74,4</b>	<b>87,4</b>	<b>91,0</b>	<b>92,7</b>
Rio Verde (GO)	48,3	74,4	87,4	91,0	92,7
<b>Aglomerado de Catalão</b>	<b>51,3</b>	<b>74,1</b>	<b>83,9</b>	<b>88,0</b>	<b>92,7</b>
Catalão (GO)	56,4	78,3	86,5	89,5	93,6
Goianira (GO)	59,5	76,2	79,5	84,5	86,2
Ouvidor (GO)	18,5	43,8	68,0	73,5	88,0
Três Ranchos (GO)	33,3	42,3	58,1	80,4	88,3
<b>Aglomerado de Itumbiara</b>	<b>52,8</b>	<b>79,5</b>	<b>90,9</b>	<b>94,5</b>	<b>95,8</b>
Araporã (MG)	-	-	-	90,8	96,0
Itumbiara (GO)	52,8	79,5	90,9	94,7	95,8

Elaboração própria. Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970 à 2010.

Comparando os dados de população urbana nacional e dos aglomerados, pode-se dizer que, com base na média nacional em 2010 (84,4%), os sete aglomerados são urbanizados, possuindo todos um contingente de população urbana superior à do Brasil. Portanto, a

probabilidade deste número evoluir significativamente ao longo dos próximos anos – até mesmo no próximo censo, em 2020 – é pequena, pra não dizermos que é nula.

**Tabela 8** – População com faixa etária de 14 à 65 anos: no país, nos municípios e aglomerados selecionados - 1970 a 2010 (em %).

País/Aglomerado/Município	Ano				
	1970	1980	1990	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>0,58</b>	<b>0,58</b>	<b>0,60</b>	<b>0,65</b>	<b>0,69</b>
<b>Aglomerado Brasília</b>	<b>0,56</b>	<b>0,60</b>	<b>0,63</b>	<b>0,67</b>	<b>0,70</b>
Águas Lindas de Goiás (GO)		-	-	0,60	0,66
Brasília (DF)	0,56	0,60	0,64	0,68	0,71
Cidade Ocidental (GO)	-	-	-	0,64	0,67
Luziânia (GO)	0,52	0,52	0,58	0,62	0,66
Novo Gama (GO)	-	-	-	0,62	0,67
Padre Bernardo (GO)	0,48	0,48	0,55	0,61	0,64
Planaltina (GO)	0,51	0,49	0,56	0,60	0,66
Santo Antônio do Descoberto (GO)	-	-	0,56	0,60	0,65
Valparaíso de Goiás (GO)	-	-	-	0,64	0,69
<b>Aglomerado de Goiânia</b>	<b>0,56</b>	<b>0,61</b>	<b>0,64</b>	<b>0,68</b>	<b>0,72</b>
Abadia de Goiás (GO)	-	-	-	0,64	0,69
Aparecida de Goiânia (GO)	0,52	0,55	0,60	0,65	0,70
Aragoiânia (GO)	0,53	0,54	0,63	0,65	0,68
Bonfinópolis (GO)	-	-	0,59	0,65	0,67
Brazabranes (GO)	0,51	0,57	0,62	0,65	0,71
Caldazinha (GO)	-	-	-	0,67	0,71
Goiânia (GO)	0,57	0,62	0,65	0,70	0,73
Goianira (GO)	0,52	0,54	0,60	0,65	0,69
Guapó (GO)	0,53	0,54	0,61	0,66	0,68
Hidrolândia (GO)	0,51	0,56	0,61	0,65	0,69
Nerópolis (GO)	0,54	0,56	0,62	0,65	0,70
Nova Veneza (GO)	0,50	0,57	0,64	0,66	0,69
Santo Antônio de Goiás (GO)	-	-	-	0,66	0,70
Senador Canedo (GO)	-	-	0,57	0,63	0,69
Trindade (GO)	0,53	0,56	0,61	0,66	0,70
<b>Aglomerado de Uberlândia</b>	<b>0,58</b>	<b>0,63</b>	<b>0,65</b>	<b>0,69</b>	<b>0,72</b>
Uberlândia (MG)	0,58	0,63	0,65	0,69	0,72
<b>Aglomerado de Anápolis</b>	<b>0,55</b>	<b>0,60</b>	<b>0,64</b>	<b>0,67</b>	<b>0,70</b>
Anápolis (GO)	0,55	0,60	0,64	0,67	0,70
<b>Aglomerado de Rio Verde</b>	<b>0,53</b>	<b>0,58</b>	<b>0,62</b>	<b>0,67</b>	<b>0,71</b>
Rio Verde (GO)	0,53	0,58	0,62	0,67	0,71
<b>Aglomerado de Catalão</b>	<b>0,54</b>	<b>0,59</b>	<b>0,63</b>	<b>0,69</b>	<b>0,72</b>
Catalão (GO)	0,54	0,59	0,63	0,69	0,72
Goiandira (GO)	0,55	0,59	0,65	0,68	0,68
Ouvidor (GO)	0,56	0,57	0,64	0,67	0,70
Três Ranchos (GO)	0,53	0,56	0,65	0,67	0,70
<b>Aglomerado de Itumbiara</b>	<b>0,55</b>	<b>0,59</b>	<b>0,65</b>	<b>0,68</b>	<b>0,71</b>
Araporã (MG)	-	-	-	0,67	0,69
Itumbiara (GO)	0,55	0,59	0,65	0,68	0,71

Elaboração própria. Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970 à 2010.

Com relação à população tida aqui como passível de entrar no mercado de trabalho, classificou-se segundo o conceito de População Economicamente Ativa (PEA), do IBGE. Analisando os dados, é possível notar que os aglomerados seguem a tendência nacional, não ocorrendo qualquer movimento atípico em algum deles.

No caso do aglomerado de Catalão, curiosamente, a variação é a mesma notada no município catalano, configurando-se como um indicativo de que a parte mais significativa da PEA do aglomerado reside em Catalão.

Como já comentado previamente, na tabela 9 a seguir estão os dados para a Taxa média geométrica de crescimento anual da população (TC) (%) – calculada de 10 em 10 anos, com base nos dados de população total – para o Brasil, aglomerados e cidades que os compõe. De acordo com DIEESE (2018), a TC indica o ritmo de crescimento populacional, ou seja, o incremento médio anual da população residente no espaço em questão, naquele período considerado, sendo influenciada pelas taxas de mortalidade, natalidade e de migração.

Assim como na tabela 6, alguns municípios, como Águas Lindas (GO) e Araporã (MG), para determinados anos estão sem dados, nesses casos também não foram encontrados dados para população total nos censos do IBGE.

Separando os aglomerados entre aqueles “grandes” – com população superior à 300 mil habitantes sendo, portando, Brasília, Goiânia, Uberlândia e Anápolis – e aqueles pequenos – com menos de 300 mil habitantes: Rio Verde, Catalão e Itumbiara – nota-se um padrão que os distingue. Nos grandes, inicia-se o período de análise com uma TC grande (e expressiva) que, no entanto, inicia uma trajetória de queda com o decorrer do período. Já nos pequenos, em contraposição, ao decorrer dos anos, a Taxa média geométrica de crescimento anual da população, é crescente.

Algumas hipóteses a cerca dessa dinâmica podem ser levantadas. A primeira é que, por possuírem um contingente populacional maior (e quanto maior, a queda no indicador se apresenta mais acentuada) é mais improvável que a população cresça de forma “anormal”, nesses lugares – a título de exemplificação, imaginemos duas cidades, uma com 300 mil habitantes e outra com 100 mil habitantes. *Ceteris paribus*, gasta menos tempo e é relativamente mais fácil dobrar a população da segunda que da primeira.

A segunda hipótese é a de que o desemprego, má qualidade de vida, desenvolvimento da agricultura e constante investimento de indústrias em cidades de menor porte têm provocado um movimento de êxodo urbano no Brasil. De modo que as pessoas têm abandonado a vida conturbada nos grandes centros em busca de oportunidades nas regiões em desenvolvimento.

Consequência da segunda hipótese, a última que se levanta é a de um maior grau de migração para as cidades aqui denominadas por pequenas. Nos aglomerados de Itumbiara, Rio Verde e Catalão (GO), ao contrário do observado nos demais, a TC dos anos 2000/10, em relação a TC anterior (1990/00), apresentou uma significativa elevação. No caso do primeiro, pode-se justificar tal anormalidade com o incremento da cidade de Araporã (MG) que, segundo IBGE, passa a ser considerada distrito de Itumbiara a partir de 2003. No caso Rio-Verdense, como explicado pela reportagem do jornal TV Anhanguera, nesse período houve um grande contingente migratório para a cidade em decorrência em decorrência das indústrias que ali se instalaram. No caso do Aglomerado de Catalão, cabe destacar a instalação de indústrias minero-químicas e de montadoras automobilísticas, como a *John Deere* – instalada em 1999 – e da *Mitsubishi Motors* – inaugurada em 1998 – que atrai um fluxo expressivo de pessoas de todo o país.

**Tabela 9** – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População Total Residente no país e nos municípios e aglomerados selecionados - 1970 a 2010.<sup>6</sup>

País/Aglomerado/Município	Ano			
	1970/80	1980/90	1990/00	2000/10
<b>Brasil</b>	<b>2,48</b>	<b>2,12</b>	<b>1,47</b>	<b>1,17</b>
<b>Aglomerado Brasília</b>	<b>8,28</b>	<b>3,86</b>	<b>3,40</b>	<b>2,39</b>
Águas Lindas de Goiás (GO)	-	-	-	4,19
Brasília (DF)	8,15	3,13	2,51	2,28
Cidade Ocidental (GO)	-	-	-	3,31
Luziânia (GO)	10,96	8,39	-3,79	2,15
Novo Gama (GO)	-	-	-	2,48
Padre Bernardo (GO)	6,58	0,40	2,69	2,55
Planaltina (GO)	6,07	9,53	6,25	1,03
Santo Antônio do Descoberto (GO)	-	-	3,87	2,00
Valparaíso de Goiás (GO)	-	-	-	3,44
<b>Aglomerado de Goiânia</b>	<b>6,33</b>	<b>4,02</b>	<b>2,94</b>	<b>2,27</b>
Abadia de Goiás (GO)	-	-	-	3,30
Aparecida de Goiânia (GO)	19,02	15,40	6,54	3,08
Aragoiânia (GO)	-	2,85	2,72	2,68
Bonfinópolis (GO)	-	-	4,88	3,48
Brazabrantes (GO)	-3,29	0,41	1,73	1,55
Caldazinha (GO)	-	-	-	1,52
Goiânia (GO)	6,54	2,54	1,71	1,77
Goianira (GO)	2,09	5,59	3,80	6,17
Guapó (GO)	1,31	1,63	1,74	-0,02
Hidrolândia (GO)	0,66	1,82	2,47	2,89
Nerópolis (GO)	1,93	3,32	3,65	2,68
Nova Veneza (GO)	-1,20	-0,16	2,52	2,40
Santo Antônio de Goiás (GO)	-	-	-	4,24
Senador Canedo (GO)	-	-	8,31	4,75
Trindade (GO)	3,12	5,86	4,18	2,52
<b>Aglomerado de Uberlândia</b>	<b>6,81</b>	<b>4,30</b>	<b>3,16</b>	<b>1,88</b>
Uberlândia (MG)	6,81	4,30	3,16	1,88
<b>Aglomerado de Anápolis</b>	<b>5,54</b>	<b>2,89</b>	<b>1,87</b>	<b>1,51</b>
Anápolis (GO)	5,54	2,89	1,87	1,51
<b>Aglomerado de Rio Verde</b>	<b>2,98</b>	<b>2,57</b>	<b>1,93</b>	<b>4,23</b>
Rio Verde (GO)	2,98	2,57	1,93	4,23
<b>Aglomerado de Catalão</b>	<b>2,23</b>	<b>2,68</b>	<b>1,50</b>	<b>2,75</b>
Catalão (GO)	3,66	3,36	1,67	3,02
Goiandira (GO)	-0,55	-0,62	-0,77	0,58
Ouvidor (GO)	-1,31	0,73	1,44	2,50
Três Ranchos (GO)	-3,61	0,05	2,28	-0,04
<b>Aglomerado de Itumbiara</b>	<b>1,98</b>	<b>0,19</b>	<b>0,87</b>	<b>1,33</b>
Araporã (MG)	-	-	-	1,47
Itumbiara (GO)	1,98	0,19	0,24	1,32

Elaboração própria. Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970 à 2010.

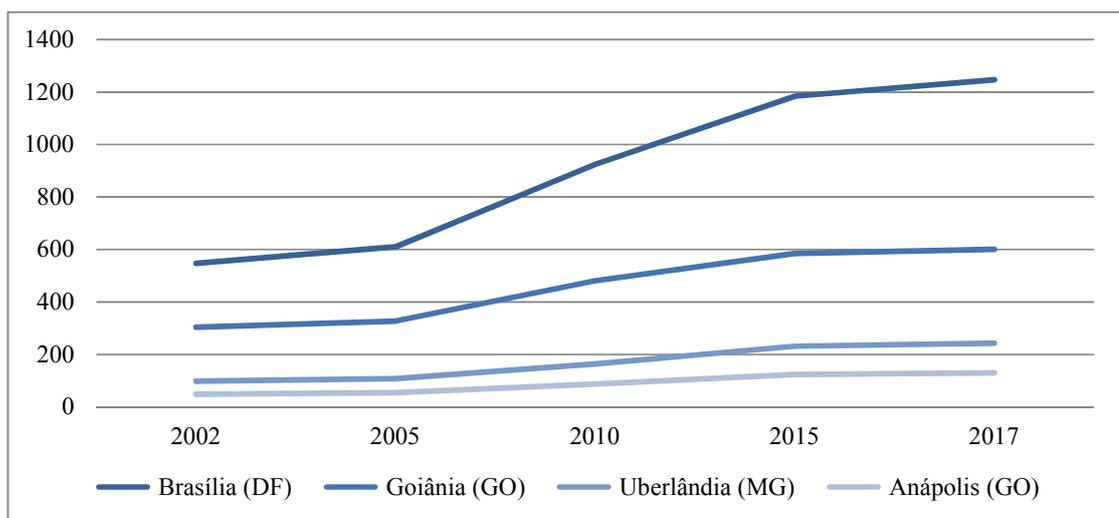
<sup>6</sup> Os dados utilizados como base para os cálculos que necessitaram do censo de 2000 são referentes à censo realizado no ano de 1999 pelo IBGE.

### 3.4. FROTA AUTOMOBILÍSTICA

Buscando identificar se houve um acréscimo no poder aquisitivo nas sete cidades estudadas, nesta sessão serão apresentados os dados de evolução da frota de veículos – automóveis e motocicletas, traçando um paralelo entre as oscilações nos indicadores já apresentados acima e estes.

Utilizando a base de dados do DENATRAN foram coletados o número de veículos em dezembro dos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017, para Brasília, Goiânia, Uberlândia, Anápolis, Rio Verde, Catalão e Itumbiara. Além da separação por tipo de veículo – automóvel e motocicleta – os dados também estão agrupados em duas categorias: i. grande porte populacional – Brasília, Goiânia, Uberlândia e Anápolis – e ii. pequeno porte populacional – Rio Verde, Catalão e Itumbiara.

**Gráfico 33** – Número de automóveis (em mil unidades), para os municípios de grande porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

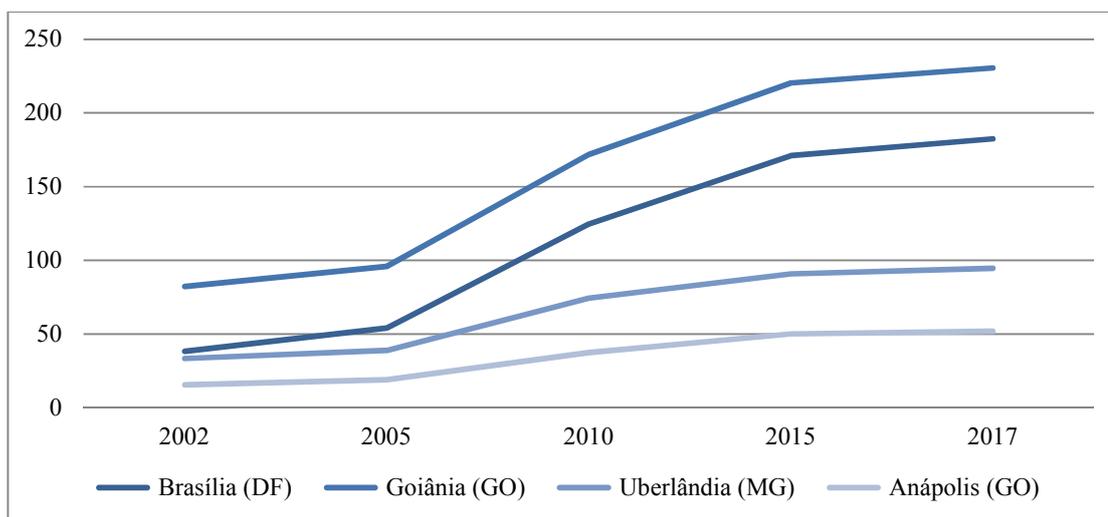


**Fonte:** DENATRAN, elaboração própria.

Nos dados apresentados no gráfico acima é possível identificar que houve um *boom* no número de automóveis em todos os municípios dos anos 2005 à 2015, podendo significar duas coisas: que pessoas que não possuíam esse tipo de meio de transporte passaram a tê-lo, ou que, houve troca de modelos usados por novos por aqueles que antes já tinham, em última instância o efeito é praticamente o mesmo. Em comparação a esse período altista (2005 a

2015), entre os anos de 2002 a 2005 e, também, de 2015 a 2017, o número de automóveis cresce às taxas tímidas.

**Gráfico 34** – Evolução do número de motocicletas (em mil unidades), para os municípios de grande porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.

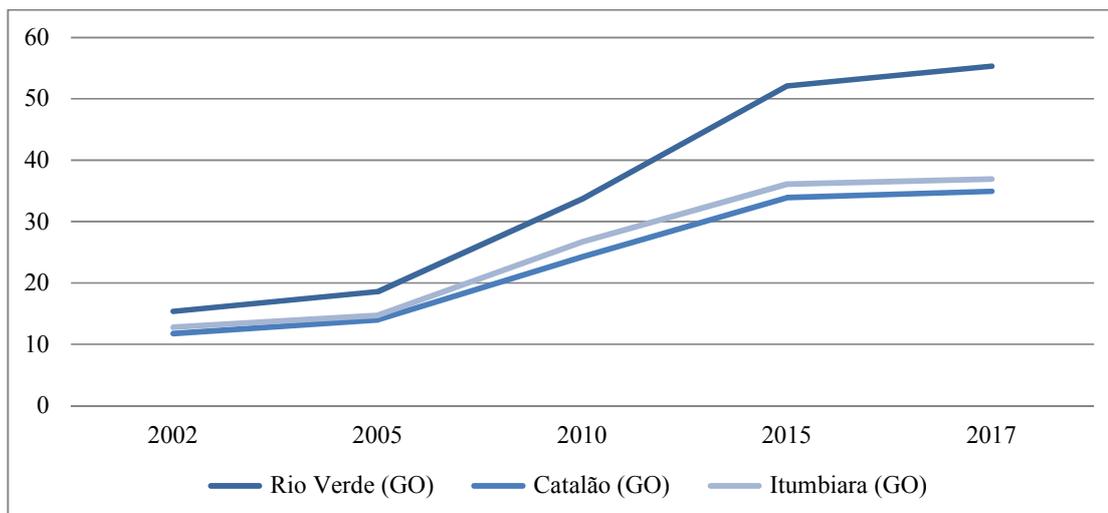


**Fonte:** DENATRAN, elaboração própria.

Assim como nos automóveis, o número de motocicletas também dispara num período de 10 anos (2005 a 2015).

Associando os dois dados – automóveis e motocicletas – é possível inferir algumas premissas. A primeira de que, como um todo, houve uma melhora na renda dessas cidades como um todo; além disso, é possível deduzir que o avanço na renda alcançou a camada mais popular – de baixa renda, que são aqueles que, geralmente, adquirem motocicletas. Caso o aumento na vendas das motocicletas fosse seguido por uma baixa na venda dos automóveis, poder-se-ia alegar o contrário: que, por uma piora no poder aquisitivo, a população deixou de consumir carros em detrimento de um meio de transporte de menor custo.

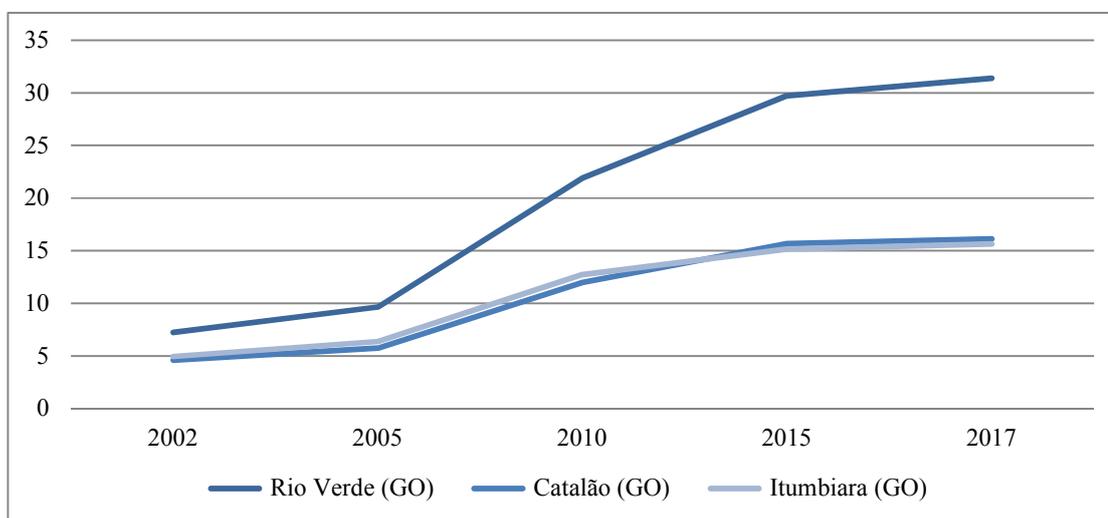
**Gráfico 35** – Evolução do número de automóveis para os municípios (em mil unidades), de pequeno porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.



**Fonte:** DENATRAN, elaboração própria.

Assim como nos municípios de grande porte, houve nos de pequeno um crescimento significativo no volume de automóveis entre os anos de 2005 a 2015.

**Gráfico 36** – Evolução do número de motocicletas (em mil unidades), para os municípios de pequeno porte, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2015 e 2017.



**Fonte:** DENATRAN, elaboração própria.

No número de motocicletas também ocorre a mesma dinâmica para os 7 municípios.

No geral, pode-se inferir que, entre os anos 2005 e 2015, houve ganho de qualidade de vida, independente do perfil do município, e que, em momentos de crise, aquisições tanto automóveis quanto motocicletas perdem fôlego. Além disso, esses dados trazem particular importância para o caso de Catalão. Haja visto que a indústria automobilística exerce papel substancial na geração de emprego e renda no município, perante um aquecimento neste setor, há derramamento dos impactos positivos na econômica catalana. Essa expansão de efeito fica ainda mais evidente ao cruzarmos os dados de VAB industrial, evolução dos postos de trabalho no setor de “Material de Transporte”, QL industrial no município com os resultados do setor de automóveis: de 2002 à 2010 – quando os últimos apresentavam um excelente desempenho – todos os indicadores econômicos de Catalão apontavam para um desenvolvimento.

Entretanto, quando o ciclo automotivo começa a se reverter (em meados de 2015), os indicadores catalanos decrescem, reforçando a hipótese de preponderância da indústria automobilística para o município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, no decorrer do desenvolvimento brasileiro, o estado de Goiás viu-se refém do crescimento econômico sudestino. Mesmo após algumas políticas estatais com intuito de reconfigurar essa dinâmica, as cidades goianas – com exceção àquelas ligadas a Goiânia – guardam notável relação com o sudeste brasileiro. Os fatores históricos aqui apresentados nos permitem ainda concluir que o desenvolvimento econômico de Catalão (GO) guarda forte (e subordinada) relação com a dinâmica do Triângulo Mineiro – principalmente pós-construção ferroviária – e que, apesar de todo o esforço do estado nacional, traduzido em políticas/programas de desenvolvimento, esta subordinação ainda se perpetua.

Pela dinâmica dos dados econômicos apresentados, é possível afirmar que a indústria automobilística catalana preenche os pré-requisitos de Perroux (1967) para ser classificada enquanto motriz, pois, observa-se forte relação entre o seu desempenho e o desenvolvimento de Catalão (GO) pós 2002 – o que fica mais claro quando a queda no VAB industrial (de 2010 para 2015) leva a uma retração no PIB municipal, mesmo diante do comportamento positivo dos demais setores (como o agropecuário).

Utilizando os dados de postos de trabalho, no que tange ao top 5 dos municípios de Catalão (GO) e Uberlândia (MG), pode-se observar uma relação subordinada. Sendo que aqueles principais setores empregatícios em Catalão parecem exercer complementariedade na economia uberlandense, como no exemplo do setor de Materiais de Transporte (presente no município mineiro) que é complementado pelo setor de Transportes, no município goiano, sendo que o último, por definição, funciona de maneira subordinada ao primeiro. Além disso, pelos resultados demonstrados no Índice de Terceirização fica evidente que Catalão não possui capacidade de polarizar seu entorno, menos ainda de ser um bom retentor de renda, de modo que essa se evade para outras localidades e, pela infraestrutura presente em Uberlândia (MG), somada a facilidade de transporte entre as duas cidades, infere-se que uma parcela dessa renda catalana sai do município em direção ao território uberlandense, goianiense e brasiliense, como observa Romanatto *et al* (2011).

À nível de criação de renda em Catalão, esta também é inexpressiva para o PIB nacional, podendo-se inferir, portanto, que há pouca agregação de valor no município e sua expansão parece estar ligada ao cenário macroeconômico brasileiro, pois o setor

automobilístico é dependente do nível de atividade econômica nacional. Analisando a evolução do PIB municipal e nacional, esta dinâmica fica mais evidente a partir do momento que permite visualizar que o indicador do primeiro segue a dinâmica do segundo, de modo que, quando houve uma retração econômica brasileira, Catalão foi afetado com uma acentuada queda em seus indicadores.

É possível notar, então, que há também uma forte dependência do município com o cenário macroeconômico do país, sustentada, principalmente, pela expressiva participação das montadoras automobilísticas atuantes em seu território. Analisando os indicadores apresentados no capítulo 3, nota-se que de 2014 à 2017 – momento em que o Brasil amarga os resultados de uma recessão econômica, que gerou desemprego, retração em seu Produto Interno Bruto, no consumo e na indústria – a economia catalana entra em ciclo descendente, com constante queda em seu Produto Interno Bruto (pós 2012), retração nos postos de trabalho, deterioração na indústria (demonstrada pela queda no VAB industrial) e perda de participação no PIB nacional.

Portanto, apesar dos resultados de crescimento satisfatórios entre os anos de 2002 a 2010 e da expressiva participação no cenário estadual, Catalão, enquanto força de atração de fluxos econômicos é limitada e refém da complementaridade que exerce a economia de Uberlândia e do desempenho da indústria automobilística e nacional com um todo. Não sendo, portanto, passível de ser classificado enquanto Polo de crescimento, segundo os critérios definidos por Perroux (1967).

## REFERÊNCIAS

- AGROLINK. *Brasil Foods investe R\$30 mi em nova fábrica de queijos em Goiás*. Disponível em: < [https://www.agrolink.com.br/noticias/brasil-foods-investe-r-30-mi-em-nova-fabrica-de-queijos-em-goias\\_145753.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/brasil-foods-investe-r-30-mi-em-nova-fabrica-de-queijos-em-goias_145753.html)> acessado em 10 de janeiro de 2019;
- ANDRADE, M. C.. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento: A Teoria dos Polos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina*. Recife: Editora Brasiliense, 1970.
- ARAÚJO, N. S.. *Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.
- CALDAS, E.; MOREIRA, I. *Políticas de Desenvolvimento Territorial e Intermunicipalidade no Brasil: Complementaridades e Tensões. Sustentabilidade em Debate*. Brasília, v. 4, n. 2, p.41-61, jul./dez 2013, *E-book (PDF)*.
- CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas; Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- CRUZ, B. O. et al., *Economia Regional e Urbana: Teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011 - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. E-book (PDF)
- D'AGOSTO, M. *Consumo das famílias explica captação da poupança*, Valor Investe – disponível em <<https://www.valor.com.br/valor-investe/o-consultor-financeiro/5383335/consumo-das-familias-explica-captacao-da-poupanca>>, acessado em 06 de fevereiro de 2019.
- DIEESE, *Taxa de crescimento da população*, disponível em <[http://geo.dieese.org.br/supprof/indicadores/indicador\\_02.php](http://geo.dieese.org.br/supprof/indicadores/indicador_02.php)>, acessado em 22 de novembro de 2018.
- ESTADÃO. *Setor de Material de Transporte Reduz Geração de Emprego, diz CAGED*. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,setor-de-material-de-transporte-reduz-geracao-de-emprego-diz-caged,84485e>> acessado em 10 de janeiro de 2019;
- FEGER, J.E.; ETGES, V.E; ROSSETTO, A.M. *Limites de Regionalizações Para Elaboração de Estratégias Para o Desenvolvimento Regional*. Gestão.Org, v.6, p.1-20, Mai/Ago. 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. *4 bancos concentram 79% do crédito no Brasil, diz Banco Central*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1872425-4-bancos-concentram-79-do-credito-no-brasil-diz-banco-central.shtml>> acessado em 10 de janeiro de 2019;

FOLHA DE SÃO PAULO. *Desemprego provoca êxodo urbano no Brasil, diz "NY Times"*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89244.shtml>> acessado em 10 de janeiro de 2019;

FREITAS, D. W. *Políticas Recentes de Desenvolvimento Regional: Goiás no Contexto Nacional*. 2009, 196f, Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

G1. *Duas cidades de GO estão entre as 10 que tiveram maior alta da população*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/08/duas-cidades-de-go-estao-entre-10-que-tiveram-maior-alta-da-populacao.html>> acessado em 10 de janeiro de 2019;

GUIMARÃES, E. N.; FARIA, G. *Integração e desenvolvimento regional: uma proposta de regionalização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. 2006

IBGE. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*. Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>> acessado em 15 de novembro de 2018.

IPEA; IBGE; NESUR. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*. v. 4. 2002;

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

MONASTERIO, L. *Indicadores de Análise Regional e Espacial*. In: CRUZ; FURTADO; MONASTÉRIO; RODRIGUES JÚNIOR. *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011 - Cap. 10, p. 315–331.

MYRDAL, G.. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*: 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960.

NETO, A. M. *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectiva*.

OLIVEIRA, L.V.N.; LIMA, J. F. *O Processo de Construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil*. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. Angra do Heroísmo, v.31, p.71-81, set/dez 2012.

PERROUX, F. *A Economia do Século XX*. São Paulo: Herder, 1967.

PIACENTI, C.A et al. *Economia e Desenvolvimento Regional*. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>> acessado em 15 de novembro de 2018.

ROMANATTO E. et al., *Os Polos Econômicos do Estado de Goiás*. Goiânia: SEGPLAN, 2011.

SANTOS, P.L; FILHO, L.A.S. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico Regional e o Crescimento Econômico Brasileiro*. Lisboa: ERSa, 2015.

SCHERER, W. J. G.; MORAES, S. L. *Análise locacional das atividades dinâmicas do Estado do Rio Grande do Sul*. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2012.

SIQUEIRA, A. D. *Negociações Coletivas entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão e a Mitsubishi Motors Corporation Automotores do Brasil LTDA.2008*. 173f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

Sistema IBGE de Recuperação de Dados (SIDRA). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>> acessado em 15 de novembro de 2018. 328 p.

SOUZA, N.J. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. *Análise–Revista de Administração da PUCRS*, v. 16, n. 1, 2005.

VALOR ECONÔMICO. *Quatro bancos respondem por 78,5% das operações de crédito em 2017*, disponível em <<https://www.valor.com.br/financas/5459915/bc-quatro-bancos-respondem-por-785-das-operacoes-de-credito-em-2017>>, acessado em 06 de fevereiro de 2019.

VIEIRA, R. S. *Crescimento econômico no estado de São Paulo: uma análise espacial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.